

POR LUCAS FELPI

CARTILHA Redacções A Mil 5.0

27 REDAÇÕES
1000
DO ENEM 2022

LFELPI LUCAS FELPI

EM COLABORAÇÃO COM
OS AUTORES DOS TEXTOS



Prezado estudante,

Seja bem-vindo à **Cartilha Redação a Mil 5.0!** Aqui estão reunidas 27 das 32 redações nota máxima do Enem 2022, muitas delas publicadas com exclusividade nesta cartilha. Todos os textos foram concedidos por livre e espontânea vontade dos autores para construir este documento extraoficial.

Para assegurar a credibilidade da cartilha, nós cruzamos os dados de cada um dos autores com os microdados do Enem 2022, disponibilizados pelo Inep. Cada aluno corresponde a uma das 32 notas mil oficializadas pelo instituto e os comprovantes da nota de cada um estão reunidos no QR Code ao lado:



Em seguida, você encontrará uma seção para cada redação, contendo o espelho e o texto transscrito. Elas estão organizadas em ordem alfabética, mas não há ordem certa para leitura. Caso queira imprimir essa cartilha, dê preferência à versão reduzida (bit.ly/reduzidamil5) para uma impressão econômica.

O lançamento da quinta edição desse projeto é a realização de algo muito além do que eu jamais poderia imaginar. Um material popular que entrou nas salas de aula, estantes de bibliotecas, e na boca dos estudantes de todo o Brasil. Assim como muitos dos autores dessa edição, eu cresci junto das cartilhas. Todos os anos lendo, transcrevendo, e investigando nomes de alunos nota 1000 de Norte a Sul. São anos acumulando números de DDDs do país inteiro de jovens que só têm uma coisa em comum: a nota da redação. Ou melhor, duas: a nota da redação e a vontade de ajudar o próximo num processo que só desestimula a colaboração.

Esse ano tivemos mais redações nota mil do que no ano passado, e muitos dos autores aqui hoje presentes liam essa cartilha para estudar. Só por isso tenho muito a agradecer. Tenho me afastado das redes para focar nos estudos e carreira profissional, mas se tem uma coisa que sempre esteve certa na minha mente é que essa cartilha tinha que ser feita. Ela precisa continuar. Se tiver algo que fique como meu legado na educação brasileira, que seja isso – como algo tão simples pode mudar a história de milhões de pessoas.

A educação é libertadora e a escrita, para além do vestibular, é forma de expressão. Espero que, a partir da leitura desses textos, você enxergue seu sonho como mais próximo e sinta-se mais confiante em realizar essa prova. De estudantes para estudantes, boa sorte. Já deu certo.

Lucas Felpi

@Lfelpi Lucas Felpi

ATENÇÃO: Sob nenhuma hipótese esse material pode ser revendido. Ele é gratuito e disponível no formato digital a todos. Professores, blogs, portais, e/ou cursos que desejem extrair textos desta cartilha devem manter os devidos créditos ao material. O direito de uso dos textos foi estritamente concedido para este documento, e não pode ser aplicado a outras fontes sem autorização prévia.



Sumário

Tema | "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil" 5

Ana Alice Azevedo	6
Espelho	6
Transcrição	7
Ana Alice Freire	8
Espelho	8
Transcrição	9
Ana Carolina Angelim	10
Espelho	10
Transcrição	11
Ana Laura Torquato	12
Espelho	12
Transcrição	13
Carina Moura	14
Espelho	14
Transcrição	15
Fernanda Barbosa	16
Espelho	16
Transcrição	17
Flora Mello	18
Espelho	18
Transcrição	19
Giovana Fantoni Guimarães	20
Espelho	20
Transcrição	21
Giovanna Fagundes	22
Espelho	22
Transcrição	23
Julia Berge	24
Espelho	24
Transcrição	25



Juliana Moreau de Almeida Soares	26
Espelho	26
Transcrição	27
Laura Muniz de Lima Leitão	28
Espelho	28
Transcrição	29
Laura Tamires	30
Espelho	30
Transcrição	31
Letícia Marques	32
Espelho	32
Transcrição	33
Luís Felipe Alves Paiva de Brito	34
Espelho	34
Transcrição	35
Luis Gustavo Delfino Alcoforado	36
Espelho	36
Transcrição	37
Luiz Henrique Nogueira	38
Espelho	38
Transcrição	39
Maria Carolina Coelho ("Carol Contextualiza")	40
Espelho	40
Transcrição	41
Maria Clara Quintanilha Tavares	42
Espelho	42
Transcrição	43
Maria Eduarda Graciano	44
Espelho	44
Transcrição	45
Maria Fernanda Simionato de Lemes	46
Espelho	46
Transcrição	47



Mariana Horta Araujo	48
Espelho	48
Transcrição	49
Maria Victória Parizani	50
Espelho	50
Transcrição	51
Nicole Carvalho Almeida	52
Espelho	52
Transcrição	53
Rodrigo Junqueira Santiago Simões	54
Espelho	54
Transcrição	55
Samantha Souza	56
Espelho	56
Transcrição	57
Zeck Ferreira Gomes	58
Espelho	58
Transcrição	59
Agradecimentos	60



Tema:

"Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil"

Enem 2022 Aplicação Regular

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros? Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação.

São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si.

Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece "alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza", diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021

Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra!

Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros.

Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios.

Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relate, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Foto: Reprodução/Inep



Ana Alice Azevedo (ela/dela)

20 anos | Niterói - RJ | @anaalice_az

Espelho

Nome completo do Participante: ANA ALICE DE SOUZA AZEVEDO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 22/01/2002	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
Pro: Páis de Tocantins Propriedade <small>Assinatura do Participante</small>		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1. Na primeira fase do Romantismo, os aspectos da maternidade brasileira e os povos tradicionais foram intensamente realçados nas obras, criando um movimento específico em relação a características nacionais. Tal quadro de realçamento, quando comparado à realidade, não foi perpetuado, apresentando preocupações desafios para a exaltação das comunidades nativas na contemporaneidade. Nesse sentido, a problemática não só descreve da inércia estatal, mas também do descaso social.</p> <p>2. De um lado é importante observar que a antiga monarquia é uma das principais barreiras para a balanização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1889 é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas relativas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é questionado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria das nações tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui direito de voto, participar, a exemplo da demarcação de terras, sendo permanentemente abandonadas por um governo que não oferece o suporte e o auxílio quanto ao seu estabelecimento. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo negligente, as autoridades não responsabilizam-se por estabelecer um equilíbrio entre o direito de governo de direitos constitucionais, quanto percebem um enunciado quadro de desbalanização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos brasileiros. Desse modo, a postura governamental recente acende a negligença presente nos povos naturais do país.</p> <p>3. Além disso, o descaso social é outro desafio que abrange a desbalanização das comunidades naturais. Nesse sentido, segundo o escritor Nelson Rodrigues, isso ocorre devido ao Complexo Vila-Late, presente entre os indígenas, em que os bairros apresentam, em sua maioria, um sentimento de inferioridade perante os maiores e exteriores, depreciando, assim, a cultura nacional. Sobre tal cética, grande parte da população assume equivocadamente um papel inerte e indiferente em relação à realçamento das comunidades nativas, uma vez que, diante ao enunciado sentimento de depreciativo, não é capaz de emergir que a proteção e a realçamento dos povos tradicionais é de suma importância para garantir a sobrevivência desses grupos e para a preservação do patrimônio cultural da nação. Consequentemente, a nação migra o desamparo da sociedade responsável por formar um conceito social negligente e indiferente acerca da própria história, ocorrendo o abandono de pueblos tradicionais e o esquecimento da legado cultural dos povos nativos.</p> <p>4. Essa ilusão, portanto, que medidas resumiram per todos para abordar a problemática. Nesse sentido, é preciso que o Estado elebre um projeto de ampliação da balanização das comunidades tradicionais, por meio de aumento de medidas de participação a linguagem, governamental, a exemplo da intensificação da demarcação de terras, como a cultura de exercer a justiça inerte e negligente das órgãos governamentais, para que, dessa forma, os povos nativos tenham seus direitos garantidos. Além disso, a mídia institucional deve criar projetos de exaltação cultural de acesso, por intermédio da produção de campanhas digitais que abordem a importância da preservação de Tocantins, como o intuito de descontruir o sentimento de inferioridade social, para que, dessa maneira, seja possível reverter o descaso, dos indígenas perante a realçamento das comunidades nativas. Assim, os prônórios de exaltação nacional presentes no Romantismo poderão ser aplicados à realidade brasileira.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na primeira fase do Romantismo, os aspectos da natureza brasileira e os povos tradicionais foram intensamente valorizados nas obras, criando um movimento ufanista em relação a características nacionais. Tal quadro de valorização, quando comparado à realidade, não foi perpetuado, apresentando preocupantes desafios para a exaltação das comunidades nativas na contemporaneidade. Nesse sentido, a problemática não só deriva da inércia estatal, mas também do descaso social.

De início, é importante observar que a inércia governamental é uma das principais barreiras para a valorização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é quebrado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui seus direitos estabelecidos, a exemplo da demarcação de terras, sendo perversamente abandonada por um governo que não oferece o suporte e o auxílio garantidos por lei. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos os brasileiros. Desse modo, a postura governamental vigente acentua a negligência perante os povos naturais do país.

Além disso, o descaso social é outro desafio que alastrá a desvalorização de comunidades nacionais. Nesse viés, segundo o escritor Nelson Rodrigues, isso ocorre devido ao Complexo Vira-Lata presente entre os indivíduos, em que os brasileiros apresentam, em sua maneira, um sentimento de inferioridade perante as nações exteriores, depreciando, assim, a cultura nacional. Sob tal ótica, grande parte da população assume equivocadamente um papel inerte e indiferente em relação à valorização das comunidades nativas, uma vez que, devido ao errôneo sentimento depreciativo, não é capaz de enxergar que a proteção e a exaltação dos povos tradicionais é de suma importância para garantir a sobrevivência desses grupos e para a preservação do patrimônio cultural da nação. Consequentemente, a visão míope e deturpada da sociedade é responsável por formar um corpo social negligente e indiferente acerca da própria história, ocasionando o abandono de parcelas tradicionais e o esquecimento do legado cultural dos povos nativos.

Fica claro, portanto, que medidas necessitam ser tomadas para solucionar a problemática. Nesse sentido, é preciso que o Estado elabore um projeto de amplificação da valorização das comunidades tradicionais, por meio do aumento de medidas de proteção a tais grupos, a exemplo da intensificação da demarcação de terras, com o objetivo de reverter a postura inerte dos órgãos governamentais, para que, dessa forma, os povos nativos tenham seus direitos garantidos. Ademais, a mídia institucional deve criar projetos de exaltação cultural, por intermédio da produção de campanhas digitais que abordem a importância da preservação de traços nacionais com o intuito de desconstruir o sentimento de inferioridade social, para que, dessa maneira, seja possível reverter o descaso dos indivíduos perante a valorização das comunidades nativas. Assim, os princípios de exaltação nacional presentes no Romantismo poderão ser relacionados à realidade brasileira."



Ana Alice Freire (ela/dela)

17 anos | Fortaleza - CE | @nalicelice

Espelho

Nome completo do Participante: ANA ALICE TEIXEIRA FREIRE		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 25/07/2005	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
Ana Alice Teixeira Freire <i>Assinatura do Participante</i>		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
1	Na minissérie documental "Guerras do Brasil - doc", presente na plataforma Netflix, o professor indígena Hilton Krenak propõe a reflexão acerca da dízimação dos povos originários a partir de perspectivas atuais, em que é retratada a História sob o olhar do esquecimento e da violência contra esses povos, a despeito da sua riqueza cultural e produtiva. Essas formas de desvalorização das comunidades tradicionais no Brasil são respaldadas, dentre outros fatores, pela invisibilização histórica desses atores sociais no ensino básico e pelo preconceito (entre estes) que rege o senso comum. Dessa forma é imprescindível o intervento(s) sociopamental, a fim de superar os desafios mencionados.	
2		
3		
4		
5		
6	Com efeito, cabe destacar a exclusão generalizada dos aspectos históricos e culturais referentes às etnias tradicionais dentro do sistema educacional	
7	como fator premente à perpetuação da desvalorização do grupo em questão, uma vez que, sendo a escola um dos núcleos de integração social e informacional, a carença de estímulos ao conhecimento dos povos nativos provoca desconhecimento e, consequentemente, o cidadão comum não tem conhecimento acerca da indispensabilidade das comunidades originárias à formação do corpo social brasileiro. Nesse sentido, os versos "Nossos	
8		
9		
10		
11		
12		
13	Ademais, vale ressaltar o preconceito cultural na ideário popular como empecilho à importância atribuída aos nativos, posto que, em decorrência da baixa representatividade em ambientes escolares, como mencionado anteriormente, e do baixo respeito cultural, marcado por estereótipos limitantes e etnocentrismos, isto é, que supõem superioridade de uma etnia em relação à outra, há formação de estímulos sobre pessoas dessas minorias e, por conseguinte, não há o devido reconhecimento de suas ricas particularidades. Segundo essa linha de raciocínio, é possível estabelecer cont	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21	Em suma, entende-se o paralelo entre a desvalorização dos povos nativos e o apagamento histórico destes, além do preconceito sobre este grupo, de modo a urgir atenuação do cenário exposto. Para isso, cabe ao Ministério da Educação a ampliação do ensino histórico e cultural do acervo tradicional, por meio da reformulação das bases de assuntos abordados em sala de aula e da contratação de profissionais dessas etnias, com o objetivo de pluralizar as narrativas e evitar a exclusão provocada por apenas uma história, em consonância com o livro da escritora angolana Chimamanda Ngozi Adichie: "O perigo da história única". Também, é papel dos veículos culturais, como a mídia, a representação ampla e fidedigna desses grupos, com o fato de minorar a visão estigmatizada que foi construída. Com isso, o ester	
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na minissérie documental "Guerras do Brasil.doc", presente na plataforma Netflix, o professor indígena Ailton Krenak propõe a reflexão acerca da dizimação dos povos originários a partir de perspectivas atuais, em que é retratada a história sob o olhar do esquecimento e da violência contra esses povos, a despeito da sua riqueza cultural e produtiva. Essas formas de desvalorização das comunidades tradicionais do Brasil são respaldadas, dentre outros fatores, pela invisibilização histórica desses atores sociais no ensino básico e pelo preconceito que rege o senso comum. Dessa forma, é imprescindível a intervenção sociogovernamental, a fim de superar os desafios mencionados.

Com efeito, cabe destacar a exclusão generalizada dos aspectos históricos e culturais referentes às etnias tradicionais dentro do sistema educacional como fator proeminente à perpetuação da desvalorização do grupo em questão, uma vez que, sendo a escola um dos núcleos de integração social e informacional, a carência de estímulos ao conhecimento dos povos nativos provoca desconhecimento, e consequentemente, o cidadão comum não tem base da informação acerca da indispensabilidade das comunidades originárias à formação do corpo social brasileiro. Nesse sentido, os versos "Nossos índios em algumas poucas memórias/Os de fora nos livros das nossas escolas", da banda cearense Selvagens a Procura de Lei, ilustram a construção do ensino escolar pautada no esquecimento dessa minoria, de maneira a ampliar sua desvalorização. Assim, é constatável a estreita relação entre as lacunas na educação e o fraco reconhecimento dos povos e das comunidades tradicionais.

Ademais, vale ressaltar o preconceito cultivado no ideário popular como empecilho à importância atribuída aos povos nativos, posto que, em decorrência da baixa representatividade em ambientes escolares, como mencionado anteriormente, e do baixo respaldo cultural, marcado por estereótipos limitantes e etnocentristas, isto é, que supõem superioridade de uma etnia em relação à outra, há formação de estigmas sobre pessoas dessas minorias e, por conseguinte, não há o reconhecimento de suas ricas peculiaridades. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível estabelecer conexões entre a atualidade e a carta ao rei de Portugal escrita por Pero Vaz de Caminha, no momento da chegada dos portugueses ao Brasil, de forma que a perspectiva do navegador em relação ao indígena, permeada de suposta inocência, maleabilidade e passividade, pouco alterou-se na concepção atual, evidenciando a prepotência e a altivez que são implicações da ignorância e do silenciamento das fontes tradicionais. Então, são necessárias medidas de mitigação dessa problemática para o alcance do bem-estar da sociedade.

Em suma, entende-se o paralelo entre a desvalorização dos povos nativos e o apagamento histórico destes, além do preconceito sobre este grupo, de modo a urgir atenuação do cenário exposto. Para isso, cabe ao Ministério da Educação a ampliação do ensino histórico e cultural do acervo tradicional, por meio da reformulação das bases de assuntos abordados em sala de aula e da contratação de profissionais dessas etnias, com o objetivo de pluralizar as narrativas e evitar a exclusão provocada por apenas uma história, em consonância com o livro da escritora angolana Chimamanda Ngozie Adichie "O perigo da história única". Também, é papel dos veículos culturais, como a mídia, a representação ampla e fidedigna desses grupos, com o fito de minorar a visão estigmatizada do que foi construída. Com isso, o extermínio simbólico denunciado por Krenak será minguado."



Ana Carolina Angelim (ela/dela)

20 anos | Teresina - PI | @carol.angelim

Espelho

Nome completo do Participante: ANA CAROLINA ANGELIM DAMASCENO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 08/03/2002	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
<i>Ana Carolina Angelim Damasceno</i> Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 O poema "Ensaio sobre Português", do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de vaculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil. Atualmente, no país, ainda existem inúmeros desafios para a valorização de 2 comunidades e povos tradicionais devido, sobretudo, à influência estatal histórica em assimilar esses indivíduos e ao 3 desrespeito, por grande parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos.</p> <p>4 É necessário destacar, de início, o desrespeito do Poder Público em assegurar, de maneira efetiva, os direitos fundamentais às comunidades tradicionais. De fato, o Estado, historicamente, negligenciou a proteção de organizações 5 sociais distintas, das quais ciganos, quilombolas e indígenas e, muitas vezes, legitimou a dissolução da cultura 6 desses povos, prova disso foi, durante o período da Ditadura Militar, a adoção de uma política assimilaçãoista, isto 7 é, de integração dos grupos nativos aos costumes da sociedade citadina como tentativa de extinguir determinadas 8 tradições. Dessa forma, as populações tradicionais são desvalorizadas e, não raro, não reconhecidas pelo Governo, conjuntamente 9 que impossibilita seu pleno exercício de dignidade, tendo em vista a dificuldade de acesso a direitos sociais im- 10 presscindíveis para seu bem-estar e para a perpetuação de seus saberes ao longo das gerações, necessários para a manuten- 11 ção de uma identidade coletiva associada ao reconhecimento de sua ancestralidade.</p> <p>12 Além da influência do Estado, o desrespeito à diversidade cultural por parte de muitos indivíduos 13 incentiva a desvalorização dos povos tradicionais. Notadamente, a invisibilidade de comunidades históricas com- 14 promete o desenvolvimento de pensamento crítico frente à importância dessas organizações sociais para a construção iden- 15 titária do país, cenário que compõe o pensamento da escritora brasileira Cecília Meireles, em sua obra "Crônicas 16 da Educação", na qual consigna: a educação é fundamental para a orientação individual, isto é, ou seja, para a 17 criticidade nas inúmeras situações da vida social. Conforme este raciocínio, a sociedade não valoriza devidamente 18 as populações ancestrais e, diversas vezes, nega essas coletividades por não reconhecer sua relevância para cultura na- 19 cional, comprometendo, assim, a manifestação de suas tradições relacionadas ao sentimento de pertencimento e ao 20 modo de viver em harmonia não só com o espaço, mas também com os outros sujeitos.</p> <p>21 É imprescindível, portanto, que Estado, valendo-se da esfera municipal e estadual de poder, proteja, efetiva- 22 mente, as comunidades tradicionais do Brasil, por intermédio de políticas públicas voltadas para o reconhecimen- 23 to oficial de povos ancestrais negligenciados, como extrativistas e pescadores, bem como para a promoção de direitos 24 às diversas organizações culturais – com a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a visita periódica de 25 agentes de Governo que documentem as necessidades de cada grupo – a fim de proporcionar o exercício de dignidade para 26 esses indivíduos. Unige, também, que a escola possibilite o conhecimento sobre essas populações, mediante palestras e outras 27 extracurriculares – com profissionais da área de história e de antropologia, que demonstram a importância dessas comuni- 28 dades –, com o intuito de incentivar a criticidade dos estudantes sobre a valorização de povos tradicionais.</p> <p>29</p> <p>30</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O poema “Erro de Português”, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil. Atualmente, no país, ainda existem inúmeros desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais devido, sobretudo, à ineficiência estatal histórica em assistir esses indivíduos e ao desconhecimento, por grande parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos.

É necessário destacar, de início, o descaso do Poder Público em assegurar, de maneira efetiva, os direitos fundamentais às comunidades tradicionais. De fato, o Estado, historicamente, negligenciou a proteção de organizações sociais distintas, tais quais ciganos, quilombolas e indígenas e, muitas vezes, legitimou a dissolução da cultura desses povos, prova disso foi, durante o período de Ditadura Militar, a adoção de uma política assimilaçãoista, isto é, de integração dos grupos nativos aos costumes da sociedade citadina como tentativa de extinguir determinadas tradições. Dessa forma, as populações tradicionais são desvalorizadas e, não raro, não reconhecidas pelo Governo, conjuntura que impossibilita seu pleno exercício de dignidade, tendo em vista a dificuldade de acesso a direitos sociais imprescindíveis para seu bem-estar e para a perpetuação de seus saberes ao longo das gerações, necessários para a manutenção de uma identidade coletiva associada ao reconhecimento de sua ancestralidade.

Além da ineficiência do Estado, o desconhecimento dessa diversidade cultural por parte de muitos indivíduos acentua a desvalorização dos povos tradicionais. Notadamente, a invisibilidade de comunidades históricas compromete o desenvolvimento de senso crítico frente à importância dessas organizações sociais para a construção identitária do país, cenário que comprova o pensamento da escritora brasileira Cecília Meireles, em sua obra “Crônicas da Educação”, na qual consigna: a educação é fundamental para a orientação individual, ou seja, para a criticidade das inúmeras situações da vida social. Conforme esse raciocínio, a sociedade não valoriza devidamente as populações ancestrais e, diversas vezes, segregá essas coletividades por não conhecer sua relevância para a cultura nacional, comprometendo, assim, a manifestação de suas tradições relacionadas ao sentimento de pertencimento e ao modo de viver em harmonia não só com o espaço, mas também com os outros sujeitos.

É imprescindível, portanto, que Estado, aliado à esfera municipal e estadual de poder, proteja, efetivamente, as comunidades tradicionais do Brasil, por intermédio de políticas públicas voltadas para o reconhecimento oficial de povos ancestrais negligenciados, como extrativistas e pescadores, bem como para a promoção de direitos às diversas organizações culturais – com a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a visita periódica de agentes do Governo que documentem as necessidades de cada grupo -, a fim de proporcionar o exercício de dignidade para esses indivíduos. Urge, também, que a escola possibilite o conhecimento sobre essas populações, mediante palestras e aulas extracurriculares – com profissionais da área de história e de antropologia, que demonstrem a importância dessas comunidades -, com o intuito de incentivar a criticidade dos estudantes sobre a valorização de povos tradicionais."



Ana Laura Torquato (ela/dela)

20 anos | São João de Meriti - RJ | @laura_mp4

Espelho

Nome completo do Participante: ANA LAURA TORQUATO DE SOUZA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 14/05/2002	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
<i>Ana Laura Torquato de Souza</i> Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 O filme "Encanto" apresenta – por meio das memórias da avó da protagonista – um cenário de conflito, 2 marcado pelo desespero de uma aldeia colombiana frente ao ataque e à consequente desterritorialização for- 3 cada de centenas de indivíduos. Assim, embora desamparados e impactados pela violência, os ancestrais de 4 Mirabel, a personagem principal, tentam sobreviver, enquanto comunidade, estabelecendo-se em outro local 5 e perpetuando sua cultura, sua sabedoria e seus costumes às futuras gerações. Fora dos limites da fúca, a 6 exclusão e a opressão que afetavam as comunidades e os povos tradicionais do Brasil se expressam, assim como 7 no filme, através de inúmeros casos que revelam o cerceamento dos direitos sociais básicos desses grupos. 8 Além disso, em um cenário deacentuada negligência estatal, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e 9 outras identidades vivem em condições de extrema vulnerabilidade, privadas de serviços públicos essenciais como 10 educação, saúde, saneamento básico e afins. Neve contexto, Milton Santos estabelece o conceito de cidadania 11 mutilada, que se refere a indivíduos que, por conta das desigualdades socioeconômicas, têm seu status de 12 cidadão ameaçado. Nesse caso, abandonados por um Estado que deveria assegurar suas necessidades hu- 13 manas básicas, esses grupos enfrentam, diariamente, a precarização crescente de sua qualidade de vida e, 14 consequentemente, do exercício de sua cidadania. Assim, a valorização e a segurança dessas minorias são 15 ameaçadas pelo desrespeito e pela negligência de um governo que exclui e fragiliza a identidade de seus cidadãos. 16 Ademais, para além da segregação que sofrem por parte do Estado, as comunidades e povos tradicionais 17 contam com manifestações de preconceito e de violência que lhes são direcionadas por outros brasileiros. Com 18 isso em mente, a filósofa Marilena Chauí estabelece que uma sociedade, ao encarar a intolerância e a exlu- 19 são como atitude legítima por parte de seus governantes, instiga a população a agir de forma cada vez mais hierar- 20 quizada e autoritária. Nesse modo, aldeias indígenas, quilombos e outros povos territórios ocupados por povos tradi- 21 cionais são constantemente atacados por brasileiros que reproduzem a violência do Estado para com esses grupos 22 marginalizados. Em um cenário como esse, o respeito e o cuidado que uma sociedade deveria ter com seus integran- 23 tes são substituídos por situações em que a vida e a integridade dos povos tradicionais são colocadas em foco risco. 24 Em suma, a valorização e a preservação da cultura e da identidade de comunidades brasileiras tradicionais 25 exigem o acesso pleno desses indivíduos aos seus direitos humanos básicos. Com isso em mente, o Estado – promotor 26 de bem-estar social – deve garantir, por meio da mobilização de recursos para elaboração de políticas públicas, 27 o acesso à moradia, aos serviços básicos de educação e saúde e ao saneamento básico, visando atender as demandas 28 desses grupos marginalizados. Concomitantemente, as escolas devem assegurar aos brasileiros uma formação 29 educacional que promova a inclusão, através de um processo de ensino-aprendizagem que valorize a diversi- 30 cidade, buscando mitigar as condições sociais degradantes denunciadas por Milton Santos e por Marilena Chauí.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O filme "Encanto" apresenta - por meio das memórias da avó da protagonista - um cenário de conflito, marcado pelo desespero de uma aldeia colombiana frente ao ataque e à consequente desterritorialização forçada de centenas de indivíduos. Assim, embora desamparados e impactados pela violência, os ancestrais de Mirabel, a personagem principal, tentam sobreviver, enquanto comunidade, estabelecendo-se em outro local e perpetuando sua cultura, sua sabedoria e seus costumes às futuras gerações. Fora dos limites da ficção, a exclusão e a opressão que atravessam as comunidades e os povos tradicionais do Brasil se expressam, assim como no filme, através de inúmeros casos que revelam o cerceamento dos direitos sociais básicos desses grupos.

Dito isso, em um cenário de acentuada negligência estatal, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e outras identidades vivem em condições de extrema vulnerabilidade, privados de serviços públicos essenciais como educação, saúde, saneamento básico e afins. Nesse contexto, Milton Santos estabelece o conceito de cidadania mutilada, que se refere a indivíduos que, por conta das desigualdades socioeconômicas, têm seu status de cidadãos ameaçado. Dessa forma, abandonados por um Estado que deveria assegurar suas necessidades humanas básicas, esses grupos enfrentam, diariamente, a precarização crescente de sua qualidade de vida e, consequentemente, do exercício de sua cidadania. Assim, a valorização e a segurança dessas minorias são ameaçadas pelo descaso e pela negligência de um governo que exclui e fragiliza a identidade de seus cidadãos.

Ademais, para além da segregação que sofrem por parte do Estado, as comunidades e povos tradicionais contam com manifestações de preconceito e de violência que lhes são direcionadas por outros brasileiros. Com isso em mente, a filósofa Marilena Chauí estabelece que uma sociedade, ao encarar a intolerância e a exclusão como atitudes legítimas por parte de seus governantes, instiga a população a agir de forma cada vez mais hierarquizada e autoritária. Desse modo, aldeias indígenas, quilombos e outros territórios ocupados por povos tradicionais são constantemente atacados por brasileiros que reproduzem a violência do Estado para com esses grupos marginalizados. Em um cenário como esse, o respeito e o cuidado que uma sociedade deveria ter com seus integrantes são substituídos por situações em que a vida e a integridade dos povos tradicionais são colocados em risco.

Em suma, a valorização e a preservação da cultura e da identidade de comunidades brasileiras tradicionais exigem o acesso pleno desses indivíduos aos seus direitos humanos básicos. Com isso em mente, o Estado - promotor do bem-estar social - deve garantir, por meio da mobilização de recursos para a elaboração de políticas públicas, o acesso à moradia, aos serviços básicos de educação e saúde e ao saneamento básico, visando atender as demandas desses grupos marginalizados. Concomitantemente, as escolas devem assegurar aos brasileiros uma formação educacional que promova a inclusão, através de um processo de ensino-aprendizagem que valorize a diversidade, buscando mitigar as condições sociais degradantes denunciadas por Milton Santos e por Marilena Chauí."



Carina Moura (ela/dela)

18 anos | Surubim - PE | @carinaabmoura

Espelho

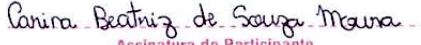
Nome completo do Participante: CARINA BEATRIZ DE SOUZA MOURA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 09/09/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeita rigorosamente as margens.
<p>1 Na segunda metade do século XVIII, os escritores da primeira fase do Romantismo abrem, de maneira completamente idealizada, a indígena e a natureza à condição de elementos personificadores da beleza e do poder da pátria (guarda, na verdade, os nativos continuaram受害者 de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exploração dos indígenas e dos demais povos Tradicionais não se extinguiu no continente brasileiro e continua restringindo o progresso e o avanço do movimento romântico. A partir desse contexto, é impossível compreender os motivos de alegar para uma plena valorização das comunidades Tradicionais no Brasil.</p> <p>2 Nesse sentido, é impossível que o encargo interestatal político em assegurar o respeito à cultura e aos modos de viver das populações Tradicionais justifique a violência desses indígenas. Isso acontece, porque, como já sustentado pelo sociólogo Bruno Ventura de Souza Santos, há no Brasil uma espécie de "Colonialismo Invisível"; isto é, a manutenção de estruturas coloniais pensadas de dominação, que se desloca em meio a avanços tecnológicos, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos Tradicionais é prioritária e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e, portanto, situar os desiguais e a injustiça social. Nessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar os modos de vivência indígenas e territoriais dos povos Tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, se que compromete uma realidade distante das produções literárias do Romantismo.</p> <p>3 Ademais, é óbvio que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades Tradicionais ascendem à medida que raízes preconcebidas não mantidas. De fato, como Baze (no estudo da filósofa Sueli Carneiro), é perceptível a existência de um "Epistemocídio Brasileiro" na sociedade atual; ou seja, há uma negação da cultura e das sabedorias de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de culturas dos povos Tradicionais, o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que ignoriza e "repulta" os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmoniosa com a natureza, desafiam os modelos ocidental, capitalista e elitista. Só que, devido a um notório preconceito, os indivíduos Tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.</p> <p>4 Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades Tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo - na esfera federal - amplie a verba destinada a ações que visam garantir os direitos dos povos Tradicionais e a preservação de seus territórios e costumes. Tal ação deve ser articulada pela implementação de um Projeto Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais, de modo a articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem a importância de tais grupos em todos os 5570 municípios brasileiros. Isso deve ser feito a jato de combater os preconceitos e promover o respeito às populações Tradicionais. Aginal, a intenção é que elas sejam tão valorizadas quanto os índios na primeira fase da literatura romântica.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na segunda metade do século XVIII, os escritores da primeira fase do Romantismo elevaram, de maneira completamente idealizada, o indígena e a natureza à condição de elementos personificadores da beleza e do poder da pátria (quando, na verdade, os nativos continuaram vítimas de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetivou no cenário brasileiro e continua restrita às prosas e poesias do movimento romântico. A partir desse contexto, é imprescindível compreender os maiores desafios para uma plena valorização das comunidades tradicionais no Brasil.

Nesse sentido, é inegável que o escasso interesse político em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida das populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de "Colonialismo Insidioso, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos tradicionais é proposital e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e fortalecer situações de desigualdade e injustiça social. Dessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um "Epistemicídio Brasileiro na sociedade atual, ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes dos grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais, o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e "sepulta" os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modelo ocidental, capitalista e elitista. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo – na esfera federal – amplie a verba destinada a órgãos fiscalizadores que visem garantir os direitos dos povos tradicionais e a preservação dos seus territórios e costumes. Tal ação deve ser efetivada por meio da implantação de um Projeto Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais, de modo a articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem a importância de tais grupos em todos os 5570 municípios brasileiros. Isso deve ser feito a fim de combater os preconceitos e promover o respeito às populações tradicionais. Afinal, o intuito é que elas sejam tão valorizadas quanto os índios na primeira fase da literatura romântica."



Fernanda Barbosa (ela/dela)

20 anos | São João de Meriti - RJ | @fernandammbarbosa

Espelho

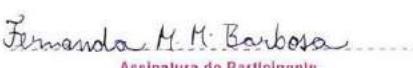
Nome completo do Participante: FERNANDA MELO DE MORAES BARBOSA Nº de Inscrição: CPF: _____ Data de Nascimento: 31/05/2002  <i>Fernanda M. M. Barbosa</i> Assinatura do Participante		INSTRUÇÕES <ol style="list-style-type: none"> Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risco, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico o escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. Não será avaliado texto escrito em local inadequado. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 Na série brasileira "Cidade Invísivel", parte da triâncula é composta por uma população ribeirinha - que atinge os recursos da floresta e do rio para subsistência - sendo ameaçada por uma empresa em busca de lucro com a exploração da região. Fora da ficção, esse cenário é realíssimo com a realidade de hoje, já que há uma nítida (atual) marginalização dos povos tradicionais, como indígenas, ciganos e (grupeluzinhos) populações ribeirinhas. Nesse sentido, a expansão do capital e o crescimento são desafios impulsionantes para a colonização desses indíviduos.</p> <p>2 Diante de expostos, nota-se que o crescimento econômico desenfreado gera conflito para as comunidades originárias. Isso porque, atualmente, a expansão do capital ocorre em detrimento da existência desses povos, já que, no Brasil, a acumulação financeira está intimamente relacionada ao uso da terra, ocupada, em parte, por grupos tradicionais. Um exemplo é o fenômeno geográfico e econômico da invasão de terras históricamente indígenas pelos produtores de café - principal produto do agronegócio brasileiro - para plantarem mais e, assim, lucrarem mais com a exportação (da) dessa mercadoria. Sob tal ótica, os cidadãos nativos (pequenos) brutalmente seus territórios e seu direito básico de moradia devido à lógica empresarial de lucrar a todo custo. Logo, Estado precisa agir ativamente em relação a essa situação hostil a que os indígenas estão sendo submetidos.</p> <p>3 Ademais, observa-se que o crescimento é um obstáculo para o enfrentamento da temática. Tal premissa deve-se à dimensão massiva oriunda de uma herança eurocêntrica que despreza/desvaloriza culturas distantes de estereótipos degradantes sobre grupos minoritários, como quilombolas e ciganos. Consequentemente, há a visão, no imaginário social, de uma visão negativa acerca desses povos, gerando uma marginalização e uma exclusão deles em relação à sociedade. Para ilustrar, nota-se a animação "O Corcunda de Notre Dame", na qual uma personagem cigana (a) é fortemente desrespeitada e invisibilizada socialmente devido ao preconceito contra essa cultura. Fora das telinhas, apesar de ficcional, a obra retrata uma situação que é a terrível realidade de muitos povos tradicionais. Então, essa discriminação precisa ser urgentemente combatida pelas escolas.</p> <p>4 Toda evolução, portanto, que mudanças tão importantes para a atenuação da atual conjuntura brasileira. A princípio, cabe ao Estado - responsável pelo bem-estar do povo - mediar os conflitos entre empresários agricultores e grandes tradicionais, por meio da proteção dos territórios ocupados por essas minorias, da fiscalização constante de tais locais e da aplicação de multas aos infratores, no afim de assegurar os direitos da população indígena e de outras etnias. O uso excessivo de capital. Concomitantemente, é dever das escolas - principais responsáveis pela formação crítica cidadã - impedir a disseminação de preconceitos contra grupos tradicionais, por intermédio de palestras informativas e de rodas de conversa sobre o tema, com o fim de educar a nova geração para incluir e para acolher os pertencentes a esses povos. Assim, será possível, enfim, que a série "Cidade Invísivel" não seja mais tão remota com o contexto do Brasil.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na série brasileira "Cidade Invisível", parte da trama é composta por uma população ribeirinha – que utiliza os recursos da floresta e do rio para subsistência – sendo ameaçada por uma empresa em busca de lucro com a exploração da região. Fora da ficção, esse cenário é verossímil com a realidade do país, já que há uma nociva marginalização dos povos tradicionais, como indígenas, ciganos e populações ribeirinhas. Nesse sentido, a expansão do capital e do preconceito são desafios importantes para a valorização desses indivíduos.

Diante do exposto, nota-se que o crescimento econômico desenfreado gera conflitos para as comunidades originais. Isso porque, atualmente, a expansão do capital ocorre em detrimento da existência desses povos, já que, no Brasil, a acumulação financeira está intimamente relacionada ao uso da terra, ocupada, em parte, por grupos tradicionais. Um exemplo disso é o fenômeno geográfico e econômico da invasão de espaços historicamente indígenas pelos produtores de soja – principal produto do agronegócio brasileiro – para plantarem mais e, assim, lucrarem mais com a exportação dessa mercadoria. Sob tal ótica, os cidadãos nativos perdem brutalmente seus territórios e seus direitos básicos de moradia devido à lógica empresarial de lucrar a todo custo. Logo, o Estado precisa agir ativamente em relação a essa situação hostil a que os indígenas estão sendo submetidos.

Ademais, observa-se que o preconceito é um obstáculo para o enfrentamento da temática. Tal premissa deve-se à disseminação massiva – oriunda de uma herança eurocêntrica que desvaloriza culturas distintas – de estereótipos degradantes sobre grupos minoritários, como quilombolas e ciganos. Consequentemente, há a criação, no imaginário social, de uma visão negativa acerca desses povos, gerando uma marginalização e uma exclusão deles em relação à sociedade. Para ilustrar, nota-se a animação "O Corcunda de Notre Dame", na qual uma personagem cigana é fortemente desrespeitada e invisibilizada socialmente devido ao preconceito contra essa cultura. Fora das telinhas, apesar de ficcional, a obra retrata uma situação que é a terrível realidade de muitos povos tradicionais. Então, essa discriminação precisa ser urgentemente combatida pelas escolas.

Fica evidente, portanto, que mudanças são importantes para a atenuação da atual conjuntura brasileira. A princípio, cabe ao Estado – responsável pelo bem-estar do povo – mediar os conflitos entre empresários agricultores e grupos tradicionais, por meio da proteção dos territórios ocupados por essas minorias, da fiscalização constante de tais locais e da aplicação de multas aos infratores, no afã de assegurar as moradas da população nativa e de conter o avanço desmedido do capital. Concomitantemente, é dever das escolas – principais responsáveis pela formação crítica cidadã – impedir a disseminação de preconceitos contra grupos tradicionais, por intermédio de palestras informativas e de rodas de conversa sobre o tema, com o fito de educar a nova geração para incluir e para acolher os pertences a esses povos. Assim, será possível, enfim, que a série "Cidade Invisível" não seja mais tão verossímil com o contexto do Brasil."



Flora Mello (ela/dela)

18 anos | Brasília - DF | @flora.mello

Espelho

Nome completo do Participante: FLORA MELLO MONTENEGRO ROCHA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 10/07/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 No livro "O triste fim de Policarpo Quarésima", do autor modernista Lima Barreto, é retratada a situação de um cidadão que, na tentativa de valorizar os países da sociedade brasileira, propõe o estabelecimento do tupi-quarani como idioma oficial do País. Nesse sentido, nota-se a preocupação da personagem em destacar a relevância dos povos originários na formação da identidade nacional. No entanto, fora da ficção, é evidente que, na realidade hodierna, as comunidades tradicionais são constantemente postas em risco do plano, seja pela negligéncia estatal no que se refere à demarcação territorial, seja pela relação da sociedade capitalista com o meio ambiente. Assim, medidas são imprescindíveis para contornar tais impasses.</p> <p>2 Em primeiro lugar, é importante pontuar que a demarcação de terras dos povos tradicionais não ocorre de maneira efetiva, o que expõe a ausência do Estado na afirmação da relevância dessas comunidades. Sob essa ótica, é válido refletir acerca da obra "O cidadão de papel", do escritor brasileiro Gilberto Gilenstein, a qual estabelece que, muitas vezes, as leis são sólidas na teoria, mas não se concretizam na prática. Nesse sentido, apesar de ser garantida pela Constituição Federal de 1988, a regulamentação dos territórios destinados às populações originárias não é considerada como efetiva, o que pode ser visualizado a partir das lutas sociais pelo reconhecimento das terras, como o movimento "Demarcação já!". Dessa forma, observa-se que a falta da ação governamental constitui um desafio à valorização das comunidades tradicionais.</p> <p>3 Além disso, a relação do homem com o meio ambiente, no decorrer da consolidação do sistema capitalista, foi estabelecida sem levar em consideração a importância dos saberes ancestrais. Sob essa perspectiva, de acordo com o geógrafo Milton Santos, a entrelaçamento do espaço e social. Nessa análise, em se tratando das comunidades tradicionais brasileiras, o conceito com a natureza é pautado no equilíbrio entre a extração de recursos e a sustentabilidade, o que gera a harmonia social e ambiental. Sendo assim, a ascensão da lógica mercantil distanciou o indivíduo da percepção da terra como provedora de vida, permitindo, cada vez mais, a aniquilação do bem-estar ambiental. Dessa forma, é necessário reaproximar a sociedade dos valores baseados na ancestralidade, com o objetivo de afirmar a importância dos saberes tradicionais e de promover o cuidado com a natureza.</p> <p>4 Portanto, é nítida a existência de desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil. Diante disso, cabe ao Estado, na figura do Ministério do Meio Ambiente - principal responsável pela equilíbrio ambiental brasileiro - promover, por meio da regulamentação das terras indígenas e das comunidades extrativistas, a ampliação do reconhecimento dos valores ancestrais pela população, a fim de destacar seu papel basilar na manutenção do meio ambiente. Dessa maneira, a importância dessas comunidades será reconhecida em pauta, como proposto em "O triste fim de Policarpo Quarésima".</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"No livro "O triste fim de Policarpo Quaresma", do autor modernista Lima Barreto, é retratada a situação de um cidadão que, na tentativa de valorizar as raízes da sociedade brasileira, propõe o estabelecimento do tupi-guarani como idioma oficial do País. Nesse sentido, nota-se a preocupação da personagem em destacar a relevância dos povos originários na formação da identidade nacional. No entanto, fora da ficção, é evidente que, na realidade hodierna, as comunidades tradicionais são constantemente postas em segundo plano, seja pela negligência estatal no que se refere à demarcação territorial, seja pela relação da sociedade capitalista com o meio ambiente. Assim, medidas são imprescindíveis para contornar tais impasses.

Em primeiro lugar, é importante pontuar que a demarcação de terras dos povos tradicionais não ocorre de maneira efetiva, o que expõe a ausência do Estado na afirmação da relevância dessas comunidades. Sob essa ótica, é válido refletir acerca da obra "O cidadão de papel", do escritor brasileiro Gilberto Dimenstein, a qual estabelece que, muitas vezes, as leis são sólidas na teoria, mas não se concretizam na prática. Nesse viés, apesar de ser garantida pela Constituição Federal de 1988, a regulamentação dos territórios destinados às populações originárias não é considerada como deveria, o que pode ser visualizado a partir das lutas sociais pelo reconhecimento das terras, como o movimento "Demarcação já". Desse modo, observa-se que a falta da ação governamental constitui um desafio à valorização das comunidades tradicionais.

Além disso, a relação do homem com o meio ambiente, no decorrer da consolidação do sistema capitalista, foi estabelecida sem levar em consideração a importância dos saberes ancestrais. Sob essa perspectiva, de acordo com o geógrafo Milton Santos, a essência do espaço é social. Nessa análise, em se tratando das populações tradicionais brasileiras, o convívio com a natureza é pautado no equilíbrio entre a extração de recursos e a sustentabilidade, o que gera a harmonia social e ambiental. Sendo assim, a ascensão da lógica mercantil distanciou o indivíduo da percepção da terra como provedora de vida, permitindo, cada vez mais, a aniquilação do bem-estar ambiental. Dessa forma, é necessário reaproximar a sociedade dos valores baseados na ancestralidade, com o objetivo de afirmar a importância dos saberes tradicionais e de promover o cuidado com a natureza.

Portanto, é nítida a existência de desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil. Diante disso, cabe ao Estado, na figura do Ministério do Meio Ambiente - principal responsável pelo equilíbrio ambiental brasileiro -, promover, por meio da regulamentação das terras indígenas e das reservas extrativistas, a ampliação do reconhecimento dos valores ancestrais pela população, a fim de destacar seu papel basilar na manutenção do meio ambiente. Dessa maneira, a importância dessas comunidades será colocada em pauta, como proposto em "O triste fim de Policarpo Quaresma"."



Giovana Fantoni Guimarães (ela/dela)

18 anos | Belo Horizonte - MG | @giovanafantoni

Espelho

Nome completo do Participante: GIOVANA FANTONI GUIMARAES CASTRO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 06/06/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
Giovana Fantoni G. Castro Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

1	O documentário "Guerras do Brasil", que tem participação da ativista indígena Alton Kierak, apresenta, 2 em seu primeiro episódio, a perspectiva dos povos originários em relação ao processo de colonização bra- 3 sileira, ressaltando a manutenção da luta dessas comunidades pela conservação da cultura e preser- 4 vação da natureza na atualidade. A partir desse cenário, é necessário analisar os obstáculos que impedem a 5 valorização efetiva dos povos tradicionais no Brasil, o que está associado à relação conflituosa com o 6 modelo econômico agroexportador brasileiro, bem como à visão de parte da sociedade que inferioriza as 7 organizações sociais que se diferenciam do padrão ocidental. 8
9	De início, é importante observar a contraposição existente entre a forma como as comunidades 10 originárias e uma parcela da população lidam com a natureza. Nesse contexto, destaca-se o mito da 11 colonização do Brasil, chamada de "colônia de exploração", o qual estabeleceu uma economia fundada 12 na exploração das recursos naturais em vista da possibilidade do lucro. Esse tipo de visão, que é desen- 13 volado, na atualidade, pela manutenção de um modelo econômico agroexportador, se opõe à visão dos povos 14 tradicionais em relação à natureza, os quais estabelecem uma íntima relação de reciprocidade, imber- 15 ficando, nesse local, essa fonte de sobrevivência e de moradia. Como consequência dessas realidades 16 opostas, alguns indivíduos consideram a população originária contrária ao progresso econômico bus- 17 ado pelo capitalismo, o que impede a valorização do saber desses povos sobre a natureza. 18
19	Além disso, percebe-se a existência de um pensamento que estabelece uma relação de hierarqui- 20 zação entre os povos brasileiros, o que impede o reconhecimento efetivo das comunidades tradicionais. Nesse 21 sentido, evidencia-se a disseminação, durante o processo de colonização brasileira, do mito do "Brasil 22 Vagão", em que os nativos foram caracterizados como simples e puros, sendo possíveis de serem 23 civilizados pela cultura ocidental, desconsiderando a organização social já existente entre esses povos. 24 Consequentemente, devido à desqualificação da raça própria de organizações dessas comunidades cultural- 25 mente diferenciadas, observa-se a inferiorização de costumes e hábitos não ocidentais, impedindo um vi- 26 ssão de igualdade que permite a valorização dos povos tradicionais. 27
28	Portanto, conclui-se que o Governo Federal, em parceria com o Ministério da Educação, deve promover 29 o reconhecimento das características singulares de cada comunidade tradicional brasileira, por 30 meio de debates com lideranças desses grupos com a população, o que pode ser realizado em instituições pí- blicas, como os estudos, bem como em ambientes virtuais, fora as redes sociais, a fim de garantir a va- lorização plena desses povos que pertencem à raça. Ademais, é relevante que se estabeleçam relações mais amistosas entre o ser humano e a natureza, a partir da valorização dos saberes tradicionais.

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O documentário “Guerras do Brasil”, que tem participação do ativista indígena Ailton Krenak, apresenta, em seu primeiro episódio, a perspectiva dos povos originários em relação ao processo de colonização brasileiro, ressaltando a manutenção da luta dessas comunidades pela conservação da cultura e preservação da natureza na atualidade. A partir desse cenário, é necessário avaliar os obstáculos que impedem a valorização efetiva dos povos tradicionais no Brasil, o que está associado à relação conflituosa com o modelo econômico agroexportador brasileiro, bem como à visão de parte da sociedade que inferioriza organizações sociais que se diferenciam do padrão ocidental.

De início, é importante observar a contraposição existente entre a forma como as comunidades originárias e uma parcela da população lidam com a natureza. Nesse contexto, destaca-se o modelo de colonização do Brasil, chamado de “colônia de exploração”, o qual estabeleceu uma economia pautada na exploração dos recursos naturais em vista da possibilidade do lucro. Esse tipo de visão, que é observado, na atualidade, pela manutenção de um modelo econômico agroexportador, se opõe à visão dos povos tradicionais em relação à natureza, os quais estabelecem uma íntima relação de reciprocidade, identificando, nesse local, a sua fonte de sobrevivência e de moradia. Como consequência dessas realidades opostas, alguns indivíduos consideram a população originária contrária ao progresso econômico buscado pelo capitalismo, o que impede a valorização do saber desses povos sobre a natureza.

Além disso, percebe-se a existência de um pensamento que estabelece uma relação de hierarquização entre os povos brasileiros, o que impede o reconhecimento efetivo das comunidades tradicionais. Nesse sentido, evidencia-se a disseminação, durante o processo de colonização brasileiro, do mito do “Bom Selvagem”, em que os nativos foram caracterizados como ingênuos e puros, sendo passíveis de serem civilizados pela cultura ocidental, desconsiderando a organização social já existente entre esses povos. Consequentemente, devido à desqualificação da noção própria de organização dessas comunidades culturalmente diferenciadas, observa-se a inferiorização de costumes e hábitos não ocidentais, impedindo uma visão de igualdade que permite a valorização dos povos tradicionais.

Portanto, conclui-se que o Governo Federal, em parceria com o Ministério da Educação, deve promover o reconhecimento das características singulares de cada comunidade tradicional brasileira, por meio de debates com lideranças desses grupos com a população, o que pode ser realizado em instituições públicas, como as escolas, bem como em ambientes virtuais, como as redes sociais, a fim de garantir a valorização plena desses povos que pertencem à noção. Ademais, é relevante que se estabeleçam relações mais amistosas entre o ser humano e a natureza, a partir da valorização dos saberes tradicionais."



Giovanna Fagundes (ela/dela)

20 anos | Birigui - SP | @gihfagundes

Espelho

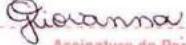
Nome completo do Participante: GIOVANNA FAGUNDES DA SILVA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 02/07/2002	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 De acordo com os pensadores intelectuais, o ser humano deveria viver em harmonia com a natureza, buscando um bem geral. Contudo, observe-se, no Brasil, a desvalorização de pessoas que seguem tal proposta de respeito ao meio natural, como as comunidades e povos tradicionais. Essa realidade é fruto de um etnocentrismo histórico, além de reprimir as lógicas de pensamento por parte do sistema capitalista. Sendo assim, faz-se necessário analisar os desafios desse cenário, a fim de garantir igualdade para todos os brasileiros.</p> <p>2 Nesse sentido, cabe ressaltar as raízes históricas da desvalorização dos povos tradicionais, como os indígenas. Isso pode ser verificado no etnocentrismo vigente no país desde a sua colonização, trazida pela interpretação europeus para a população local, interpretando-a como "silvagem". A partir de então, os indígenas sofreram violência simbólica - termo apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu - por meio de sua condição física, estavam sujeitos a diversas formas de manipulação, como a cultural. Para dito fai a atuação dos jesuítas no processo de cristianização desses indígenas ao negar suas crenças e impor a fé católica. Logo, a hierarquização dos povos é antiga no Brasil, fato que desencadeou a desvalorização atual de certas comunidades.</p> <p>3 Além disso, o país está inserido em um sistema capitalista de produção, e qual não é mundialmente, a lucro. Segundo o conceito de mercificação, proposta pelo sociólogo Karl Marx, o ser de indivíduo está em sua contribuição para o capitalismo. Sob essa óptica, tende em vista que eles buscam apenas a subsistência, os povos tradicionais são desvalorizados pelo social, porque não colaboram, diretamente, com a geração de riquezas. Dessa maneira, são apagados do corpo social e precisam reafirmar os seus direitos, devido à violações de suas necessidades, como a natureza - produto de exploração na esfera econômico.</p> <p>4 Portanto, urge que a mídia televisiva, responsável pela difusão de informações e entretenimento, por meio de documentários e novelas, retrate e contemple as comunidades e povos tradicional tradicionais no Brasil, apresentando sua cultura de forma positiva, com o intuito de legitimar os diferentes modos de vida e sempre com o etnocentrismo histórico. Ademais, cabe à escola, instituições de transformação de valores, apresentar a natureza de uma maneira desvinculada do capitalismo e ressaltar sua importância a todos. Por fim, espera-se um país que siga a proposta de estatismo e valorize os povos tradicionais.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"De acordo com os pensadores estoicos, o ser humano deveria viver em harmonia com a natureza, buscando um bem geral. Contudo, observa-se, no Brasil, a desvalorização de pessoas que seguem tal proposta de respeito ao meio natural, como as comunidades e povos tradicionais. Essa realidade é fruto de um etnocentrismo histórico, além de refletir a lógica de perseguição por lucro do sistema capitalista. Sendo assim, faz-se necessário analisar os desafios desse cenário, a fim de garantir a igualdade a todos os brasileiros.

Nesse sentido, cabe ressaltar as raízes históricas da desvalorização dos povos tradicionais, como os indígenas. Isso pode ser verificado no etnocentrismo vigente no país desde a sua colonização, haja vista o desprezo dos europeus pela população local, interpretando-a como "selvagem". A partir de então, os indígenas sofreram violência simbólica – termo apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu- pois, mesmo sem coerção física, estavam sujeitos a diversas formas de manipulação, como a cultural. Prova disso foi a atuação dos jesuítas no processo de cristianização desses indivíduos ao negar suas crenças e impor a fé católica. Logo, a hierarquização dos povos é antiga no Brasil, fato que desencadeou a desvalorização atual de certas comunidades.

Além disso, o país está inserido em um sistema capitalista de produção, o qual visa, primordialmente, ao lucro. Segundo o conceito de reificação, proposto pelo sociólogo Karl Marx, o valor do indivíduo está em sua contribuição para o capitalismo. Sob essa óptica, tendo em vista que eles buscam apenas a subsistência, os povos tradicionais são desvalorizados pela sociedade, porque não colaboram, diretamente, com a geração de riqueza. Desse modo, são apagados do corpo social e precisam reafirmar os seus direitos, devido à violação de suas necessidades, como a natureza – produto de exploração da esfera econômica.

Portanto, urge que a mídia televisiva, responsável pela difusão de informações e entretenimento, por meio de documentários e novelas, retrate o cotidiano de comunidades e povos tradicionais no Brasil, apresentando sua cultura de forma positiva, com o intuito de legitimar os diferentes modos de vida a romper com o etnocentrismo histórico. Ademais, cabe à escola, instituição de transformação de valores, apresentar a natureza de uma maneira desvinculada do capitalismo e ressaltar sua importância a todos. Assim, espera-se um país que siga a proposta de estoicismo e valorize os povos tradicionais."



Julia Berge (ela/dela)

23 anos | Rio de Janeiro - RJ | @juliabergem

Espelho

<p>Nome completo do Participante: JULIA BERGE MUNIZ</p> <p>Nº de Inscrição:</p> <p>CPF: Data de Nascimento: 22/09/1999</p> <p><i>Julia Berge Muniz</i> Assinatura do Participante</p>	<p>INSTRUÇÕES</p> <ol style="list-style-type: none"> Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 O Romantismo foi um um movimento literário do século XIX que desenvolveu, com sua fase iniçavista, pela exaltação do índígena índio como herói nacional de suma importância para a formação identitária dos brasileiros. A atualidade, contudo, contraria sistematicamente esse sentimento da comunicação apresentada talvez para a valorização não apenas de tal etnia, mas de comunidades e povos tradicionais como um todo. Nesse sentido, para revertêr este problema, é necessário compreender como a negligência do governo e a falta de educação contribuem para constituir um cenário tão divergente do proposto pela escola romântica.</p> <p>2 De início, é fundamental ressaltar que a desse respeito governamental desvaloriza os povos tradicionais do Brasil. O conceito "ídolo de papel", desenvolvido por Gilberto Freyre, diz respeito a indivíduos índios que, apesar de possuírem características típicas de um determinado grupo étnico, não possuem ação prática e elas são privadas de direitos básicos que asseguram sua dignidade. Sob tal ótica, percebe-se que a definição formulada pelo jornalista define fulcrivamente situações enfrentadas pelos integrantes dessas comunidades, uma vez que, apesar de numerosos e aparentes constitucionais de reconhecimento e preservação, são constantemente violados por um governo negligente que não se preocupa em proteger-las ou confirmá-las. Esse quadro perverso é visível com a demarcação de territórios, a qual se torna ineficiente para ser conduzida por governantes que não respeitam o caráter tribalístico do apego à terra de, por exemplo, ribeirinhos e pescadores e a utilizam para aumentar o lucro aderindo a atividades econômicas. Logo, nota-se como a disciplina do Estado justifica a valorização de grupos tradicionais ao contraponto lugar-físico e, conseqüentemente, a existência deles.</p> <p>3 Abstraindo, é importante salientar que a educação, por si só, não é a única importância das comunidades de tradição brasileira. "Escola grande" é como Rubem Alves define a instituição de ensino que apisiona o estudante a conceções longevidosas e pouco reflexivas. Nessa perspectiva, o educador consegue definir com propriedade o sistema educacional do país, o qual, prioritariamente, aplicações de conteúdos técnicos e de práticas, não desenvolvendo, em crianças e adolescentes, a percepção de real real, que os povos tradicionais têm para uma cultura. Esse pensamento é perceptível na forma como escolas abordam a celebração do Dia do Índio, no qual os indígenas são reduzidos a shows folclóricos e fantásticos em detrimento de quem mantém suas saberes e profundo conhecimento da matraca. Assim, ao fundo com base de conhecimento uma educação superficial e restrita acerca dessa classe social, são formados adultos que não valorizam e que podem, até mesmo, causar o apagamento cultural dela.</p> <p>4 Torna-se evidente, portanto, que é necessário combinar os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais. Nesse caso, cabe ao Governo aprimorar políticas de demarcação de territórios por meio da contratação de corpo técnico para realizar tal processo, a fim de que integrantes dessas comunidades sejam protegidos e preservados. Além disso, o Ministério da Educação deve investir em mecanismos culturalmente educativos por meio de direcionamento à comunidade organizadas de territórios e povos, os quais, ao contrário, com a participação de iniciavistas e entusiastas, possam transmitir conhecimento real e profundo acerca de esta figuras da tradição brasileira. Com esse mísseis medidores, é possível que povos tão contribuintes para a cultura nacional sejam devidamente respeitados e valorizados, assim como proposto pela literatura romântica iniçavista do século XIX.</p>	

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O Romantismo foi um movimento literário do século XIX que ficou marcado, em sua fase indianista, pela exaltação do indígena como herói nacional de suma importância para a formação identitária dos brasileiros. A atualidade, entretanto, distancia-se lamentavelmente dessa concepção ao apresentar desafios para a valorização não apenas de tal etnia, mas de comunidades e povos tradicionais como um todo. Nesse sentido, para reverter essa problemática, é necessário compreender como a negligência do governo e a falha da educação contribuem para constituir um cenário tão divergente do proposto pela escola romântica.

De início, é fundamental ressaltar que o descaso governamental desvaloriza os povos tradicionais do Brasil. O conceito "cidadãos de papel", desenvolvido por Gilberto Dimenstein, diz respeito a indivíduos os quais, apesar de possuírem garantias na teoria de um documento legal, não possuem acesso prático a elas e são privados de direitos básicos que asseguram sua dignidade. Sob tal ótica, percebe-se que a descrição formulada pelo jornalista define fielmente a situação enfrentada pelos integrantes dessas comunidades, uma vez que, apesar de munidos de aparatos constitucionais de reconhecimento e preservação, são constantemente cuidados por um governo negligente que não se preocupa em protegê-los ou conservá-los. Esse quadro perverso é visível com a demarcação de territórios, a qual se torna ineficiente por ser conduzida por governantes que não respeitam o caráter topográfico de apego à terra de, por exemplo, ribeirinhos e pescadores e a utilizam para aumentar o lucro advindo de atividades agropecuárias. Logo, nota-se como a displicência do Estado prejudica a valorização de grupos tradicionais ao corromper o lugar físico e, consequentemente, a existência deles.

Ademais, é importante salientar que a educação, por ser falha, não dá a devida importância às comunidades da tradição brasileira. "Escola gaiola" é como Rubem Alves define a instituição de ensino que aprisiona o estudante a concepções engessadas e pouco reflexivas. Nessa perspectiva, o educador consegue definir com propriedade o sistema educacional do país, o qual, por priorizar a aplicação de conteúdos técnicos e de provas, não desenvolve, em crianças e adolescentes, a percepção da relevância real que os povos tradicionais têm para a cultura. Esse panorama é perceptível na forma como escolas abordam a celebração do Dia do Índio, no qual os indígenas são reduzidas a adornos folclóricos e fantasias em detrimento de serem valorizados por seus saberes e profundo conhecimento da natureza. Assim, ao terem como base de conhecimento uma abordagem superficial e restrita acerca dessa classe social, são formados adultos que não a valorizam e que pode, até mesmo, causar o apagamento cultural dela.

Forma-se evidente, portanto, que é necessário contornar os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais. Nesse viés, cabe ao Governo aprimorar políticas de demarcação de territórios por meio da contratação de corpo técnico para realizar tal processo, a fim de que integrantes desses grupos sejam protegidos e preservados. Além disso, o Ministério da Educação deve investir em mecanismos culturalmente educativos por meio do direcionamento de verbas à organização de seminários e palestras, os quais, ao contarem com a participação de indianistas e antropólogos, possam transmitir conhecimento real e profundo acerca de figuras da tradição brasileira. Com base nessas medidas, é possível que povos tão contribuintes para a cultura nacional sejam devidamente respeitados e valorizados, assim como proposto pela literatura romântica indianista do século XIX."



Juliana Moreau de Almeida Soares (ela/dela)

16 anos | Itamaraju - BA | @_jumoreau

Espelho

Nome completo do Participante: JULIANA MOREAU DE ALMEIDA SOARES		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 21/11/2005	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
<i>Juliana Moreau de A. Soares</i> Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

1	Dichos patrimônios imateriais brasileiros, o ofício dos quebra-cócos é exemplo da preservação de
2	conhecimentos populares que marcam a cultura, a economia e os relações interpopulares das opções hereditá- 3 dias. Similmente, muitos outros grupos tradicionais possuem saberes de extrema importância e, no entanto, 4 não recebem o ^{apoio} merecido, e que cria uma urgente necessidade de promover a valorização dessas 5 comunidades. Nesse contexto, é sólido afirmar como a negligência estatal e a ausência de uma visão 6 capitalizada da cultura representam desafios para a resolução de tal problemática.
7	Diante desse cenário, nota-se uma irresponsabilidade governamental na falta cognitiva do desrespeito aos valores 8 dos culturas tradicionais para a ^{contemporânea} ^{verbal} Djamila Ribeiro, é aparente trair as intenções dos vici- 9 mobilidade para que soluções usarem argumentos, perspectiva que demonstra a falta racionalista pelo Es- 10 Tudo, numa vez que existe uma forte consciência de conscientização popular sobre o respeito - respeito pelo tradi- 11 tionalismo governamental a outras dimensões, tanto no seu valor de riqueza quanto no âmbito político. Nesse sentido, 12 fica evidente que, por não ter sido respeitado ¹⁰⁰ a sua ^{verbal} honestidade ^{verbal} massiva aposta cultural de um legado cultivo que gerar- 13 vídeo, mas também a negligência da desestruturação econômica de bens herdados nossas tradições. 14
15	Ademais, percebe-se a impotência de uma ideologia que mantém ^{o ambiente} a manutenção de tal en- 16 torno. "Para a geração, tal respeito é insuficiente" - é prov. da filosofia Sêneca, verifica uma concepção 17 respeito à atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio-ambiente é visto como um objeto para o lu- 18 vre humano. Hesitante, tal visão mercadológica se chega com o modo de vida experiente pelas opções tradi- 19 cionais ^{tradicional} , que respeitam um ambiente respeitoso e suscita com a necessidade, fazendo uso de seus 20 recursos sem fins exploratórios. Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa simbiose com a natu- 21 ral não sóltamente respeitadas pelas classes que se beneficiam de seu ^{capitalizado} e abusivo uso de meio 22 natural, como grandes empresas especulativas, que lucram a concentração de terras e do monopólio comercial, e 23 que utilizam ^{verbal} a República original e resulta no desleixo de sua cultura.
24	Por tanto, sob o Estado - em sua função de promotor do bem-estar social - estabelecer uma ^{verbal} fiscalização 25 do uso comercial do meio-ambiente um maior volume de opções tradicionais, ^{mediante} a criação 26 de mais alianças especializadas no setor ambiental, a fim de garantir a preservação de estilos de vida desses 27 indivíduos. Queremos, é deixa do Governo Federal organizar uma campanha de valorização de tais grupos, 28 por meio da implementar um maior apoio e da realização de palestras em escolas, de modo 29 a empregar a conscientização ecológica entre os estudantes, para, assim, conscientizar a população e pos- 30 ibilitar a realização das culturas tradicionais brasileiras.

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Declarado patrimônio imaterial brasileiro, o ofício das quebradeiras de coco é exemplo da preservação de conhecimentos populares que marcam a cultura, a economia e as relações interpessoais dos povos envolvidos. Similarmente, muitos outros grupos tradicionais possuem saberes de extrema importância e, no entanto, não recebem o respeito merecido, o que cria uma urgente necessidade de promover a valorização dessas comunidades. Nesse contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza representam desafios para a resolução de tal problemática.

Diante desse cenário, nota-se a inoperância governamental como fator agravante do descaso em relação às culturas tradicionais. Para a pensadora contemporânea Djamila Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas, perspectiva que demonstra a falha cometida pelo Estado, uma vez que existe uma forte carência de conscientização popular sobre o assunto - causada pelo baixo estímulo governamental a essas discussões, tanto nas salas de aula quanto no âmbito político. Nesse sentido, fica evidente que, por não dar notoriedade à luta desses povos, o governo permite o esquecimento e a minimização de seus costumes, o que gera não somente a massiva perda cultural de um legado cultivado por gerações, mas também o prejuízo da desestruturação econômica de locais baseados nessas técnicas.

Ademais, percebe-se a influência de uma ideologia que mercantiliza o ambiente na manutenção de tal entrave. ""Para a ganância, toda natureza é insuficiente"" - a frase, do filósofo Sêneca, critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio ambiente é visto como um objeto para o lucro humano. Logicamente, tal visão mercadológica se choca com o modo de vida experienciado pelos povos tradicionais, que vivenciam um relacionamento respeitoso e recíproco com o ecossistema, fazendo uso de seus recursos sem fins exploratórios. Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa intimidade com a natureza são altamente reprimidas pelas classes que se beneficiam do uso capitalizado e desigual do meio natural, como grandes empresas pecuaristas, que lucram da concentração de terras e do monopólio comercial, o que exclui - ainda mais - a população originária e resulta no declínio de sua cultura.

Portanto, cabe ao Estado - em sua função de promotor do bem-estar social - estabelecer uma ampla fiscalização do uso comercial do meio ambiente em áreas com maior volume de povos tradicionais, mediante a criação de mais delegacias especializadas no setor ambiental, a fim de garantir a preservação do estilo de vida desses indivíduos. Outrossim, é dever do Governo Federal organizar uma campanha de valorização de tais grupos, por meio da divulgação de informativos em redes sociais e da realização de palestras em escolas, de modo a enfatizar a contribuição socioambiental desses cidadãos, para, assim, conscientizar a população e possibilitar a exaltação das culturas tradicionais brasileiras."



Laura Muniz de Lima Leitão (ela/dela)

20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @laura.munizz

Espelho

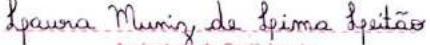
Nome completo do Participante: LAURA MUNIZ DE LIMA LEITAO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		
CPF:	Data de Nascimento: 26/08/2002	1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. 2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado texto escrito em local inadequado. Respeite rigorosamente as margens.
 <i>Laura Muniz de Lima Leitão</i> <small>Assinatura do Participante</small>		
<p>1 "Tu achas que sou uma selvagem / E que conheces o mundo / Tu pensas que esta terra te pertence". Os versos do filme da Disney "Pocahontas" revelam a percepção de uma indígena norte-americana diante da chegada de colonizadores ingleses em sua terra. Nesse contexto de desvalorização dos povos locais, evidencia-se a similaridade da obra com o cenário brasileiro, dada a falta de reconhecimento atribuído às comunidades tradicionais do país. Dessa forma, os desafios para a valorização de tais populações apóiam-se seja na carente abordagem do tema na educação e na mídia, seja na lógica predatória do mercado capitalista vigente no território nacional.</p> <p>2 Nesse viés, constata-se que as escolas e os aparatos de comunicação do Brasil, frequentemente, não se preocupam em proporcionar informações e discussões sobre a temática. Sob essa perspectiva, o conceito de "Epistemicídio", cunhado pelo sociólogo Braventura de Souza Santos, revela o apagamento e a posterior morte de modos de vida, de saberes e de valores de grupos sociais, bem como o favorecimento dos desígnios do colonialismo em detrimento da diversidade cultural. Tal ideia apresenta-se extremamente presente na sociedade brasileira, uma vez que, na maioria dos casos, as instituições escolares e os veículos midiáticos disseminam a cultura hegemônica, negligenciando as tradições dos povos originários — o exemplo da história do país ensinada nas salas de aula, baseada na perspectiva europeia, além dos filmes, das músicas e dos livros disseminados na mídia. Por conseguinte, por não ser suficientemente debatido nas principais instâncias da nação, o reconhecimento dessas comunidades é dificultado, sendo, dessa maneira, silenciado no país.</p> <p>3 Ademais, a economia do Brasil, baseada principalmente no lucro, é responsável por prejudicar a relação das populações tradicionais com a terra, sua principal fonte de sobrevivência. Diante disso, o "Princípio da responsabilidade", ideia desenvolvida pelo filósofo Hans Jonas, defende que os seres humanos devem tomar decisões comprometidas com a coletividade e com o futuro social, e não apenas com interesses individuais a curto prazo. No entanto, observa-se que as autoridades governamentais não cumprem tal proposta, pois as demandas das sociedades dependentes diretamente da natureza são gravemente afetadas perante a expansão da fronteira agropecuária, as queimadas e os desmatamentos — práticas de interesse aos agronegócio, indústria altamente lucrativa. Logo, a irresponsabilidade do poder público impede a garantia da dignidade dos povos locais, os quais têm sua fonte de moradia, de alimentação e de tradições destruída.</p> <p>4 Portanto, frente à negligência da educação e da mídia e à lógica predatória do mercado econômico, cabe ao Ministério da Educação, a fim de promover maior reconhecimento às comunidades originárias no cenário nacional, ampliar a discussão sobre esses indivíduos nas instituições de ensino e na mídia, por meio da veiculação de campanhas educativas nos aparatos de comunicação e da realização de palestras mensais sobre o assunto nas escolas — as quais devem contar com a participação de povos locais. Além disso, o Ministério Público deve minimizar a degradação do meio ambiente brasileiro, por intermédio da elaboração de legislações e de fiscalizações mais rígidas para as empresas do agronegócio, com o objetivo de garantir o direito pleno à terra para as comunidades tradicionais. Assim, o sentimento de Pocahontas não será reproduzido nesses sujeitos.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

“Tu achas que sou uma selvagem/E que conheces o mundo/Tu pensas que esta terra te pertence.” Os versos do filme da Disney “Pocahontas” revelam a percepção de uma indígena norte-americana diante da chegada de colonizadores ingleses em sua terra. Nesse contexto de desvalorização dos povos locais, evidencia-se a similaridade da obra com o cenário brasileiro, dada a falta de reconhecimento atribuída às comunidades tradicionais do país. Dessa forma, os desafios para a valorização de tais populações apóiam-se seja na carente abordagem do tema na educação e na mídia, seja na lógica predatória do mercado capitalista vigente no território nacional.

Nesse viés, constata-se que as escolas e os aparatos de comunicação do Brasil, frequentemente, não se preocupam em proporcionar informações e discussões sobre a temática. Sob essa perspectiva, o conceito de “Epistemicídio”, cunhado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, revela o apagamento e a posterior morte de modos de vida, de saberes e de valores de grupos sociais, bem como o favorecimento dos desígnios do colonialismo em detrimento da diversidade cultural. Tal ideia apresenta-se extremamente presente na sociedade brasileira, uma vez que, na maioria dos casos, as instituições escolares e os veículos midiáticos disseminam a cultura hegemônica, negligenciando as tradições dos povos originários – a exemplo da história do país ensinada nas salas de aula, baseada na perspectiva europeia, além dos filmes, das músicas e dos livros disseminados na mídia. Por conseguinte, por não ser suficientemente debatido nas principais instâncias da nação, o reconhecimento dessas comunidades é dificultado, sendo, dessa maneira, silenciado no país.

Ademais, a economia do Brasil, baseada principalmente no lucro, é responsável por prejudicar a relação das populações tradicionais com a terra, sua principal fonte de sobrevivência. Diante disso, o “Princípio da responsabilidade”, ideia desenvolvida pelo filósofo Hans Jonas, defende que os seres humanos devem tomar decisões comprometidas com a coletividade e com o futuro social, e não apenas com interesses individuais a curto prazo. No entanto, observa-se que as autoridades governamentais não cumprem tal proposta, pois as demandas das sociedades dependentes diretamente da natureza são gravemente afetadas perante a expansão da fronteira agropecuária, as queimadas e os desmatamentos – práticas de interesse ao agronegócio, indústria altamente lucrativa. Logo, a irresponsabilidade do poder público impede a garantia da dignidade dos povos locais, os quais têm sua fonte de moradia, de alimentação e de tradições destruída.

Portanto, frente à negligência da educação e da mídia e à lógica predatória do mercado econômico, cabe ao Ministério da Educação, a fim de promover maior reconhecimento às comunidades originárias no cenário nacional, ampliar a discussão sobre esses indivíduos nas instituições de ensino e na mídia, por meio da veiculação de campanhas educativas nos aparatos de comunicação e da realização de palestras mensais sobre o assunto nas escolas – as quais devem contar com a participação de povos locais. Além disso, o Ministério Público deve minimizar a degradação do meio ambiente brasileiro, por intermédio da elaboração de legislações e de fiscalizações mais rígidas para as empresas do agronegócio, com o objetivo de garantir o direito pleno à terra para as comunidades tradicionais. Assim, o sentimento de Pocahontas não será reproduzido nesses sujeitos.”



Laura Tamires (ela/dela)

18 anos | Uberlândia - MG | @laura.tamires

Espelho

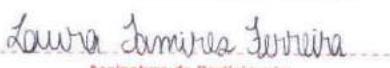
Nome completo do Participante: LAURA TAMIRES FERREIRA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 28/04/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 Em 2017, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Povos e Comunidades Indígenas, a qual objetiva a valorização e a proteção de diferentes organizações sociais pelo governo. Entretanto, o reconhecimento desse povo não deve ser limitado ao Estado, visto que o progresso da nação está diretamente relacionado ao agir de todos os cidadãos. Dessa modo, é crucial a apreensão das características do Brasil pelos indivíduos e, para isso, deve-se mobilizar duas vertentes: o desconhecimento da população sobre o assunto e a emissão midiática.</p> <p>2 Nessa visão, deve-se considerar a desinformação um desafio para o tema em questão. Em vista disso, é necessário mencionar a obra do sociólogo francês Francis Bacon, "O conhecimento é em si mesmo um poder". Nesse contexto, em virtude de um não saber, ensejado pela falta de abordagem sobre a temática não escrita, os povos não adquirem conhecimentos sobre os povos tradicionais, incluindo aspectos físicos como quem são e quais as suas características, impossibilitando, então, a valorização, por parte dos estudantes, das comunidades indígenas. Isso consequentemente, os indivíduos não obtêm poder para agir cerca de problemáticas relacionadas a essas populações, tendo que passar um sentimento limitado ou impreciso do assunto.</p> <p>3 Ademais, pode-se associar a emissão midiática a um impasse para o reconhecimento das comunidades indígenas no Brasil. Nesse conjuntura, é válido comentar sobre o pensamento do escritor George Orwell, que afirma que a mídia controla a massa. Dessa forma, diante do desprezo dado pelos canais midiáticos a esse povo, e que pode ser verificado na ausência abordagem desse tema em notícias, propagandas ou matérias da mídia brasileira, condicionando a reflexão e o pensamento da mídia, fazem a ignorar e não conhecer nem valorizar esse tema também. Em contraste disso, a somada à desinformação vigente na esfera de competência, as populações tradicionais da nação não são devidamente reconhecidas e preservadas.</p> <p>4 Por fim, é necessário a formação de meios para solucionar essa problemática. Nesse sentido, o Ministério da Educação, órgão governamental responsável por fornecer os encaminhamentos necessários para o desenvolvimento das individuais, deve introduzir mais dados e abordagem sobre as comunidades indígenas do Brasil, com mais de aulas didáticas sobre esse assunto, com materiais didáticos informativos e dinâmicos, a fim de promover o conhecimento das salientes acerca dessa temática e impulsivar a opinião dessas comunidades sobre tanto. Além disso, a mídia deve incutir, em suas produções, conteúdos dedicados ao reconhecimento das pessoas características da nação, mediante a introdução dessas na mídia, com a finalidade de valorizar essas populações e promover essa positiva na ciborgue brasileira.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Em 2017, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual objetiva a valorização e a proteção das diferentes organizações sociais pelo Governo. Entretanto, o reconhecimento desses povos não deve ser limitado ao Estado, visto que o progresso da nação está diretamente relacionado às ações de todos os cidadãos. Desse modo, é crucial a apreciação das comunidades características do Brasil pelos indivíduos e, para isso, deve-se analisar duas vertentes: o desconhecimento da população sobre o assunto e a omissão midiática.

Nesse viés, deve-se considerar a desinformação um desafio para o tema em questão. Em vista disso, é notório mencionar a citação do sociólogo francês Francis Bacon, ""o conhecimento é em si mesmo um poder.""" Nesse contexto, em virtude de um não saber, ocasionado pela falta de abordagem sobre a temática nas escolas, as pessoas não adquirem conhecimentos sobre os povos tradicionais, incluindo aspectos básicos como quem são e quais as suas características, impossibilitando, então, a valorização, por parte dos estudantes, das comunidades clássicas. Por conseguinte, os indivíduos não obtêm poder para agir acerca de problemáticas relacionadas a essas populações, dado que possuem uma sabedoria limitada ou inexistente do assunto.

Ademais, pode-se associar a omissão midiática a um impasse para o reconhecimento das comunidades clássicas no Brasil. Nessa conjuntura, é válido comentar sobre o pensamento do escritor George Orwell, o qual afirma que a mídia controla a massa. Dessa forma, devido ao desprezo dado pelos canais midiáticos a esses povos, o que pode ser verificado na ausente abordagem desse tema em novelas, propagandas ou notícias, os cidadãos brasileiros, condicionados a refletir as posturas da mídia, passam a ignorar e ver como pouco relevante esse tópico. Em decorrência disso, e somada à desinformação vigente na sociedade contemporânea, as populações características da nação não são devidamente reconhecidas e preservadas.

Portanto, é necessária a tomada de medidas para solucionar essa problemática. Nesse cenário, o Ministério da Educação, órgão governamental responsável por fornecer os ensinamentos necessários para o desenvolvimento dos indivíduos, deve introduzir nas escolas a abordagem sobre as comunidades tradicionais do Brasil, por meio de aulas obrigatórias sobre esse assunto, com materiais didáticos informativos e dinâmicos, a fim de promover o conhecimento dos estudantes acerca dessa temática e impulsionar a apreciação dessas comunidades. Além disso, a mídia deve inserir, em suas produções, conteúdos direcionados ao reconhecimento das pessoas características da nação, mediante a introdução dessas pautas em novelas, com a finalidade de valorizar essas populações e promover essa postura nos cidadãos brasileiros."



Letícia Marques (ela/dela)

18 anos | São Benedito - CE | @leticiamed_

Espelho

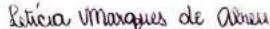
Nome completo do Participante: LETICIA MARQUES DE ABREU Nº de Inscrição: Data de Nascimento: 25/08/2004  <i>Assinatura do Participante</i>		INSTRUÇÕES 1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e no local indicado. 2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro do preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, rique, com um traço simples, a palavra, a frase, o troço ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 O conceito de "cidadanias vividas", proposto pelo geógrafo Miltônio Santos, explicita que a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade da população. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea se distancia desse ideal democrático, uma vez que, no Brasil, os desafios para garantir a valorização de comunidades e povos tradicionais ainda se perpetuam. Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto tristil: o silenciamento das instituições escolares e a manipulação midiática no que se refere à informação étnica do Estado Nacional.</p> <p>2 Diante desse cenário, é válido destacar a omissão escolar frente à desvalorização de grupos sociais minoritários. Isso ocorre devido à definição de papel formador do jovem na escola, visto que a singularidade governamental prioriza uma educação que limita a instituição social, de modo que a sociedade não esteja preparada para lidar com os sentidos que impossibilitam o engajamento de comunidades étnicas diferentes e, muitas vezes, propor caminhos para combater essa realidade no país. Esta reflexão alcança forças no ensaio Pedagogia do Olhar, escrito pelo pedagogo Paulo Freire, o qual caracteriza o ambiente escolar como uma ferramenta de opressão que não habilita os sujeitos para a convivência entre, enquanto corpo civil.</p> <p>3 Além disso, é inegável vermos o desinteresse da mídia no que tange à antigeração de povos tradicionais reflete uma desapropriação identitária desses grupos. De acordo com a antropóloga Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há um ideal de cidadania - ou seja, uma "nação" consolidada, ao invés de, meramente, um "Estado". Nessa perspectiva, os veículos de comunicação, partindo de um viés econômico e eurocêntrico, valorizam a disseminação de seus conteúdos, marginalizando, assim, assim, a abordagem de problemas sociais que não atingem o atendimento público. Em consequência disso, as comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhas vão cada vez mais apagadas da história do território brasileiro.</p> <p>4 Unige, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de refrear o problema descrito. Fale, portanto, ao Ministério do Desenvolvimento Social, órgão responsável pela defesa dos interesses de todos os povos povos sociais entre, por meio de parcerias com a mídia, criar palestras de valorização de grupos étnicos distantes, através de aulas com busterides e a distribuição de livros que reatram a importância deles para a formação da identidade do Brasil, com o fio de reduzir os impactos negativos da cultura de enriquecimento racial oriunda da colonização e aumentar a visibilidade das populações tradicionais. Assim, o ideal elaborado pelo geógrafo Miltônio Santos deve, de fato, uma realidade no país.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O conceito de "Cidadanias Mutiladas", proposto pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, explicita que a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade da população. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea se distancia desse ideal democrático, uma vez que, no Brasil, os desafios para garantir a valorização de comunidades e povos tradicionais ainda se perpetuam. Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto hostil: o silenciamento das instituições escolares e a manipulação midiática no que se refere à formação étnica do Estado Nacional.

Diante desse cenário, é válido destacar a omissão escolar frente à desvalorização de grupos sociais minoritários. Isso ocorre devido à deterioração do papel formador do jovem na escola, visto que a ingerência governamental prevê uma educação que limita a instrução social, de modo que a sociedade não esteja preparada para lidar com os entraves que impossibilitam o engajamento de comunidades étnicas diferentes e, muito menos, propor caminhos para combater essa realidade no país. Essa reflexão alcança forças no ensaio Pedagogia do Oprimido, cunhado pelo pedagogo Paulo Freire, o qual caracteriza o ambiente escolar como uma ferramenta de opressão que não habilita os sujeitos para a convivência enquanto o corpo civil.

Além disso, é inegável como o desinteresse da mídia no que tange à integração de povos tradicionais reflete na desapropriação identitária desses grupos. De acordo com a antropóloga Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há um ideal de coletividade – ou seja, uma "nação" consolidada, ao invés de, meramente, um "Estado". Nessa perspectiva, os veículos de comunicação, pautados num viés econômico e eurocêntrico, valorizam a disseminação de seus conteúdos, marginalizando, assim, a abordagem de problemas sociais que não evocam a atenção do público. Em consequência disso, as comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhas são cada vez mais apagadas da história do território brasileiro.

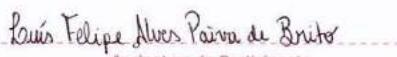
Urge, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de refrear o problema discorrido. Cabe, portanto, ao Ministério do Desenvolvimento Social, órgão responsável pela defesa dos interesses sociais, por meio de parcerias com a mídia, criar palestras de valorização de grupos étnicos distintos, através de aulas com historiadores e a distribuição de livros que retratem a importância desses grupos para a formação da identidade do Brasil, com o fito de reduzir os impactos nocivos da ideia de embranquecimento racial oriunda da colonização e aumentar a visibilidade das populações tradicionais. Assim, o ideal elaborado pelo geógrafo Milton Santos será, de fato, uma realidade no país."



Luís Felipe Alves Paiva de Brito (ele/dele)

24 anos | Maceió - AL | @_luisfelipeb

Espelho

Nome completo do Participante: LUIS FELIPE ALVES PAIVA DE BRITO		INSTRUÇÕES <ol style="list-style-type: none">Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riske, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeita rigorosamente as margens.
Nº de Inscrição:	CPF: 15/03/1998	
 Assinatura do Participante		

1	O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em "Erro de Português", que, sob um dia de chuva, o índio foi visto pelo português - uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.
2	Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais.
3	Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, consequentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como "o índio tem 'smartphone' e está lutando pela demarcação de terras?" - ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos originários à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.
4	Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável sus- tentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar - provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.
5	Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação - órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas - deve educar os alunos a respeito das efeitos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria "Estudos Indigenistas" no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento - pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias.

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em ""Erro de Português"", que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português - uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais. Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, consequentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como "o índio tem 'smartphone' e está lutando pela demarcação de terras?" – ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos tradicionais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam (*sic*) a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar – provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.

Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação – órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas – deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria "Estudos Indigenistas" no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento – pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias."



Luis Gustavo Delfino Alcoforado (ele/dele)

17 anos | João Pessoa - PB | @luisgd_27

Espelho

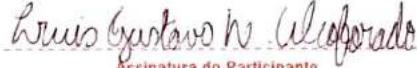
Nome completo do Participante: LUIS GUSTAVO DELFINO ALCOFORADO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 27/04/2005	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
1	<p>Os elementos culturais, presentes há milhares de anos nas sociedades humanas, têm papel fundamental na identificação e na coesão dos povos e são consolidados por meio dos hábitos, costumes e crendices que são difundidos. Esse conjunto de tradições, transmitido de forma intergeracional, se faz imprescindível na preservação dessas comunidades, dentre elas, as tradicionais e originárias presentes no Brasil. No entanto, a realidade nacional contemporânea apresenta uma preocupante conjuntura de risco ameaça a manutenção das tradições desse povo social, manifestada em especial pela pouca visibilidade das diferentes culturas no ambiente escolar, bem como pela negligência estatal na proteção do patrimônio das diferentes sociedades. São essas, justificativas a fragil atual condição das quatro sociedades tradicionais.</p>	
2	<p>Diante desse cenário, é fundamental destacar a intrínseca relação entre a cidadania de um povo, que pressupõe o respeito e a valorização de distintas culturas, e o nível educacional por ele adquirido. Nesse sentido, a ideia do filósofo alemão Immanuel Kant, de que "o homem não é mais além do que o ensinamento que dele", ressalta essa conexão, que estabelece a escola como responsável pela formação cidadã de seus alunos, os conectando e moldando com as diferentes populações, a exemplo dos indígenas no contexto brasileiro. Tendo isso em vista, é possível compreender que a preservação da memória educacional brasileira e de sua base curricular prejudica o êxito dessa mesma forma de ensino que ocorre não só nos modelos e formas curriculares que valorizam as culturas locais e tradicionais a dentro de seu estudo, representando, assim, que a vigente base curricular afasta as populações tradicionais do necessário reconhecimento social amplo.</p>	
3	<p>Ademais, ainda acerca desse respeito à diversidade, ressalta-se o dever estatal na reconhecimento e na preservação das comunidades tradicionais e de seu acervo cultural, conforme estabelecido pela Constituição de 1988, bem como por uma série de leis de cunho que visam a proteção dos direitos desse povo. Contudo, embora vista, a teoria legalista de encontro à realidade prática, na qual os patrimônios materiais desse povo social, como moradias e territórios, são constantemente violados por agentes de atividades econômicas com alto poder financeiro, a exemplo de mineradoras e latifundiários. O povo indígena, constitui-se com importante motor das ações governamentais na resolução dos conflitos, que esse tem ampla repercussão midiática, mas são tratados com pouca atenção, e não como crimes, por parte da comissão parlamentar. Conclui-se, portanto, que em onisciência potencializa o enfraquecimento do patrimônio identitário.</p>	
4	<p>Dendo assim, o fim de garantir a valorização das populações tradicionais no Brasil, é milder que o Ministério da Cultura busque e aplique uma diretiva, a ser seguida pelas escolas de ensino básico, que, por meio de aulas, palestras e visitas de campo a essas comunidades, integre a valorização das distintas culturas nacionais ao currículo da escola, e dessa forma incentivar a plena formação cidadã. Paralelamente, cabe ao Ministério Público, como representante dos interesses populares, a devida fiscalização e cobrança legal das órgãos governamentais, para que suas ações tenham a proteção de territórios e patrimônios culturais das populações locais, cumprindo de maneira a seu dever constitucional.</p>	

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Os elementos culturais, presentes há milhares de anos nas sociedades humanas, têm papel fundamental na identificação e na coesão dos povos e são consolidados por meio dos hábitos, costumes e crenças por eles difundidos. Esse conjunto de traços, transmitido de forma intergeracional, se faz imprescindível na preservação dessas comunidades, dentre elas, as tradicionais e originárias presentes no Brasil. No entanto, a realidade nacional contemporânea apresenta uma preocupante conjuntura de séria ameaça à manutenção das tradições dessa parcela social, manifestada em especial pela pouca visibilidade das diferentes culturas no ambiente escolar, bem como pela negligência estatal na proteção do patrimônio das referidas sociedades. Sob essa ótica, percebe-se a frágil atual condição dos grupos sociais-tradicionais.

Diante desse cenário, é fundamental destacar a intrínseca relação entre o caráter cidadão de um povo, que prevê o respeito e a valorização de distintas culturas, e o nível educacional por ele adquirido. Nesse sentido, a ideia do filósofo ocidental Immanuel Kant, de que o "homem não é nada além do que a educação faz dele", sintetiza essa conexão, que estabelece a escola como responsável pela formação cidadã de seus discentes, ao conectar suas realidades com as diferentes populações, a exemplo dos indígenas no contexto brasileiro. Tendo isso em vista, é possível compreender que a precariedade do sistema educacional brasileiro e de sua base curricular prejudica o êxito dessa mencionada formação, visto que escassos são os modelos e focos curriculares que colocam nas culturas brasileiras tradicionais o centro de seu estudo. Depreende-se, com isso, que a vigente base curricular afasta os povos tradicionais do necessário reconhecimento social amplo.

Ademais, ainda acerca dessa referida valorização, ressalta-se o dever estatal no reconhecimento e na preservação das comunidades tradicionais e de seu arcabouço cultural, conforme estabelecido pela Carta Magna de 1988, bem como por uma série de legislações que visam a proteção dos direitos desses povos. Contudo, embora vasta, a teoria legal vai de encontro à realidade prática, na qual os patrimônios materiais dessa parcela social, como moradias e territórios, são constantemente violados por agentes de atividades econômicas com alto poderio financeiro, a exemplo de mineradores e latifundiários. A partir disso, constata-se uma inquietante inércia dos agentes governamentais na resolução dos conflitos, dado que esses têm ampla repercussão midiática, mas são tratados com perigosa banalização, e não como crimes, por parte de certas esferas estatais. Conclui-se, portanto, que essa omissão potencializa o enfraquecimento do patrimônio brasileiro.

Sendo assim, a fim de garantir a valorização dos povos tradicionais no Brasil, é mister que o Ministério da Educação trace e aplique uma diretriz a ser seguida pelas escolas de ensino básico, que, por meio de aulas, palestras e visitas de campo a essas comunidades, integre a valorização das distintas culturas nacionais ao currículo escolar, e dessa forma incentive a plena formação social cidadã. Paralelo a isso, cabe ao Ministério Público, como representante dos anseios populares, a devida fiscalização e cobrança legal dos órgãos governamentais, para que esses aumentem a proteção de territórios e patrimônios culturais dos povos autóctones, cumprindo dessa maneira o seu dever constitucional."



Luiz Henrique Nogueira (ele/dele)

17 anos | Manaus - AM

Espelho

Nome completo do Participante:		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento:	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
Assinatura do Participante		
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.		
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.		
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.		
<p>1 Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a priorização a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezesseis metas do programa "Agenda 2030". Neste caso, surge a problemática das desordens para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil, visto que elas são fundamentais para a manutenção terrestre dos ecossistemas e promovem a sua conservação e preservação. Neste modo, é válido afirmar que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas a elas são responsáveis pela perpetuação do problema.</p> <p>2 Convém ressaltar, todavia, que o monitoramento insuficiente de ações ilícitas prejudicia os usos ambientais, como o desmatamento e os queimados, interferindo negativamente no cotidiano de populações tradicionais. Neste sentido, a tese "Anuam" aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esses crimes criminais na Amazônia e que temem obstruir a segurança e a qualidade de vida das comunidades indígenas nessa região. Fora da floresta, este cenário retratado reflete uma realidade marcada pela impunidade e insegurança, reforçadas pela incômoda atitude no combate e na punição dos criminosos. Logo, os diversos povos ligados à natureza ficam vulneráveis, o que neverberia a desordem governamental com os direitos genéticos individuais e coletivos.</p> <p>3 Ademais, as políticas promovidas pelo poder público para bens e serviços que compõem a segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais concernem de plena eficiência. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os povos, reconhecendo um Marco institucional na consolidação das suas identidades. No entanto, as ações previstas encontram barreiras na sua execução relacionadas aos interesses financeiros, à corrupção no sistema e aos métodos obsoletos de promoção da proteção social coletiva. Em suma, é imprescindível que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias para solucionar a problemática.</p> <p>4 Pontaço, a valorização de populações tradicionais brasileiras é dificultada por fatores ambientais e sociais. Então, o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas, mediante o enrijecimento da legislação e o fortalecimento da fiscalização, visando reduzir a impunidade. Além disso, o Ministério da Cidadania deve realizar ações que promovam a segurança das comunidades, através de incentivo à demarcação dos territórios e à atualização da legislação vigente, com o objetivo de diminuir a violência e garantir a continuidade dos conhecimentos da cultura. Assim, com todos esses fatores, os povos tradicionais serão valorizados no Brasil.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezessete metas do programa "Agenda 2030". Nesse viés, urge a problemática dos desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil, visto que estas são fundamentais para a manutenção benéfica dos ecossistemas e promovem a sua conservação e preservação. Desse modo, é válido afirmar que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos supracitados são responsáveis pela perpetuação do problema.

Convém ressaltar, mormente, que o monitoramento insuficiente de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, interfere negativamente no cotidiano de populações tradicionais. Nesse sentido, a série "Aruanas" aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia e que tentam assegurar a segurança e a sobrevida das comunidades inseridas nesse meio. Fora da ficção, este cenário retratado reflete uma realidade marcada pela impunidade e insegurança, reforçadas pela inércia estatal no combate e na punição dos criminosos. Logo, os diversos povos ligados à natureza ficam vulneráveis, o que reverbera o descaso governamental com as suas garantias individuais e coletivas.

Ademais, as políticas promovidas pelo poder público para sanar problemas que ameaçam a segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais carecem de plena eficiência. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os quilombolas, representando um marco institucional na consolidação de seus direitos. No entanto, as ações previstas encontram barreiras na sua execução relacionadas aos interesses financeiros, à corrupção no sistema e aos métodos obsoletos de promoção da proteção social coletiva. Em suma, é imprescindível que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias para solucionar a problemática.

Portanto, a valorização de populações tradicionais brasileiras é dificultada por fatores administrativos e sociais. Então, o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas, mediante o enrijecimento de punições e o fortalecimento da fiscalização, visando reduzir a impunidade. Além disso, o Ministério da Cidadania deve realizar ações que promovam a segurança das comunidades, através de incentivo à demarcação dos territórios e à atualização da legislação vigente, com o objetivo de diminuir a violência e garantir a continuidade dos conhecimentos socioculturais. Assim, com essas atitudes, os povos tradicionais serão valorizados no Brasil."



Maria Carolina Coelho ("Carol Contextualiza", ela/dela)

28 anos | Niterói - RJ | @carolcontextualiza

Espelho

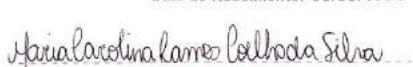
Nome completo do Participante: MARIA CAROLINA RAMOS COELHO DA SILVA Nº de Inscrição: CPF: 08/08/1994  <small>Assinatura do Participante</small>		INSTRUÇÕES 1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. 2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 A artista Tarsila do Amaral optou por retratar, no século XX, a pluralidade da cultura brasileira. Tom seu quadro "Amapá" e "Ananindeua", "O Mamoeiro", por exemplo, a pintora modernista presta uma homenagem aos povos indígenas e aos pescadores artesanais, respectivamente, ao promover um sentimento nacionalista e crítico. Todavia, na realidade contemporânea, a valorização de comunidades é povo tradicional restringe-se ao elenco artístico, já que, no Brasil, os direitos desses grupos são negligenciados diante a raízes históricas e à ausência de políticas públicas. Assim, medidas são necessárias para revertêr esse cenário desafiador.</p> <p>2 Sob esse viés, a desenvolupação das populações tradicionais é histórica. No século XVII, os colonizadores portugueses invadiram o território brasileiro e catequizaram, além de violentarem, diversos indígenas. Os negros africanos exerceram por meio de imprensa da fé cristã e da língua portuguesa, como fato de expressar os valores dos povos originários, como os Pataxós e os Guaranis. Hoje, infelizmente, os reflexos daquela época persistem: muitos grupos perderam o contato com a língua materna, são marginalizados pela sociedade, seja pela perseguição à sua cultura, seja pela perda de território. Consequentemente, os indígenas são vistos de forma estigmatizada desde a época da colonização, seja parte da sociedade ou em forma "primitária" e inferiorizada, fruto de uma visão eurocêntrica. Dessa maneira, as comunidades tradicionais refletem composta de desconhecimento cultural, e o acesso à informação é essencial para combater esse desafio histórico.</p> <p>3 Além disso, a ausência de intervenção governamental prejudica a proteção das comunidades e povos tradicionais da nação. Segundo o conceito de "Cidadania Mutilada", do geógrafo Milton Santos, a democracia deve atingir todo o corpo social, ressaltando, a máxima de que não ter sido cumprida, já que o Estado não fornece políticas públicas que garantam a dignidade da população. De acordo com o jornal virtual "Nexos", no Amazonas, a comunidade ribeirinha vive sob condições de insalubridade, baixa vista a falta de saneamento básico na região, e vulnerável a enfermidades, dando à comuna de postos médicos. Com efeito, observa-se que a cidadania de grupos tradicionais está em risco, já que os direitos constitucionais, como acesso à saúde, não são respeitados. Diante, o reconhecimento da existência desses povos e a valorização de suas vidas não impulsiona para a preservação do bem-estar social e ambiental, uma vez que comunidades indígenas, na maioria, têm uma relação direta com a natureza, no cuidar da flora e da fauna, mundo da terra e da produção de produtos naturais.</p> <p>4 Portanto, a resolução dessas dificuldades é urgente. A mídia, órgão de alcance nacional de informações, deve criar conteúdo educativo sobre a história dos povos tradicionais, como os indígenas. Isto pode ser feito por meio de documentários e novelas, a fim de combater a desinformação e o preconceito. Ademais, o Governo Federal, instituição responsável pela garantia de direitos dos brasileiros, precisa oferecer políticas públicas inclusivas às raças marginalizadas, por meio de reais, destinadas ao governo, para a realização de direitos associados ao saneamento básico e à construção de postos de saúde populares, além da democratização da educação. Dessa maneira, a diversidade e a valorização da diversidade cultural dos povos tradicionais, assim como as comunidades, serão valorizadas, como pretendia o modernismo.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"A artista Tarsila do Amaral ganhou notoriedade, no século XX, por exaltar a pluralidade da cultura brasileira. Em seus quadros "Abaporu" e "O Mamoeiro", por exemplo, a pintora Modernista presta uma homenagem aos povos indígenas e aos pescadores artesanais, respectivamente, ao promover um sentimento nacionalista e crítico. Todavia, na realidade contemporânea, a valorização de comunidades e de povos tradicionais restringe-se ao cenário artístico, já que, no Brasil, os direitos desses grupos são negligenciados devido a raízes históricas e à ausência de políticas públicas. Assim, medidas são necessárias para reverter esse cenário desafiador.

Sob esse viés, a desvalorização das populações tradicionais é histórica. No século XVI, os colonizadores portugueses invadiram o território brasileiro e catequizaram, além de violentarem, diversos indígenas. As ações agressivas ocorreram por meio da imposição da fé cristã e da língua portuguesa, com o fito de apagar as crenças e os valores dos povos originários, como os Pataxós e os Guaranis. Hoje, infelizmente, os reflexos daquele período persistem: muitos grupos perderam o contato com a língua materna e são marginalizados pela sociedade, seja pela perseguição à cultura, seja pela perda de território. Consequentemente, os nativos são vistos de forma estigmatizada, desde a época da colonização, pois parte da sociedade os enxerga de forma "primitiva" e inferiorizada, fruto de uma visão eurocêntrica. Desse modo, as comunidades tradicionais sofrem com a falta de reconhecimento cultural, e o acesso à informação é essencial para combater esse desafio histórico.

Além disso, a ausência de intervenção governamental prejudica a proteção das comunidades e dos povos tradicionais da nação. Segundo o conceito de "Cidadanias Mutiladas", do geógrafo Milton Santos, a democracia deve atingir todo o corpo social, no entanto, a máxima do autor parece não ter sido cumprida, já que o Estado não fornece políticas públicas que garantam a dignidade da população. De acordo com o jornal virtual "Nexo", no Amazonas, a comunidade ribeirinha vive sob condições de insalubridade, haja vista a falta de saneamento básico na região, e é vulnerável a enfermidades, devido à carência de postos médicos. Com efeito, observa-se que a cidadania de grupos tradicionais está em risco, já que os direitos constitucionais, como o acesso à saúde, não são respeitados. Logo, o reconhecimento da existência desses povos e a valorização de suas vidas são imprescindíveis para a preservação do bem-estar social e ambiental, uma vez que comunidades ribeirinhas têm uma relação direta com a natureza, ao cuidar da flora e da fauna, usando da pesca e da produção de produtos naturais para o seu sustento.

Portanto, a resolução dessas dificuldades é urgente. A mídia, órgão de alcance nacional de informações, deve criar conteúdos educativos sobre a história dos povos tradicionais, como os indígenas. Isso pode ser feito por meio de documentários e de novelas, a fim de combater a desinformação e o preconceito. Ademais, o Governo Federal, instituição responsável pela garantia de direitos dos brasileiros, precisa ofertar políticas públicas inclusivas às regiões marginalizadas, por meio de verbas, destinadas aos governadores, para a realização de obras associadas ao saneamento básico e à construção de postos de saúde às populações ribeirinhas, além da demarcação de terras. Dessa maneira, a brasiliidade e a valorização da diversidade cultural dos povos tradicionais, assim como as comunidades, serão valorizadas como pretendia o Modernismo."



Maria Clara Quintanilha Tavares (ela/dela)

19 anos | Rio de Janeiro - RJ | @claraquintanilhaha

Espelho

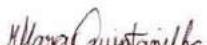
Nome completo do Participante: MARIA CLARA QUINTANILHA TAVARES		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 26/01/2003	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeita rigorosamente as margens.
<p>1 Durante o processo de colonização brasileira, iniciado no século XVI, a estratégia de dominação empregada pela Coroa Portuguesa consistia, além da violência física para a escravização dos povos nativos, na violência cultural, por meio da desvalorização dos costumes desses povos e da imposição de seus próprios conceitos de comportamento e religiosidade.</p> <p>2 Como resultado desse desrespeito à alteridade, a hegemonia europeia foi estabelecida na América, e a identidade nacional foi construída com base, principalmente, em princípios estrangeiros. Para essa razão, atualmente, dois séculos após a Independência, a importância da cultura nativa ainda não foi resgatada. Mesmo que a valorização de comunidades e povos tradicionais – não só indígenas, mas também ciganos e pescadores, por exemplo –, no Brasil, seja essencial para a diversidade cultural do país, essa noção é ignorada para benefício de dinâmicas econômicas.</p> <p>3 Primeiramente, é preciso destacar a importância da valorização das populações tradicionais brasileiras para a formação de uma nação rica em diversidade cultural. Para as ciências sociológicas, a coexistência de diferentes formas de organização social e expressão cultural é de grande valor para a construção de uma comunidade plural, com aspectos identitários sólidos, na medida em que o contato saudável entre perspectivas e realidades diversos amplia as noções de tolerância e de respeito na sociedade. Nesse sentido, a valorização dos povos tradicionais que têm como herança contínua os ancestrais diversos, transmitidos entre gerações por meio de suas práticas e seus rituais, é indispensável para a formação de um acervo cultural nacional extremamente rico, de acordo com a Sociologia.</p> <p>4 Entretanto, essa valorização é negligenciada, principalmente, por conta de uma lógica mercantilista. De fato, mesmo após o fim do domínio lusitano, os povos originários do Brasil continuaram sob ameaça de violação de seus direitos, diante da perpetuação das práticas exploratórias baseadas na dinâmica capitalista. Com o fortalecimento do Círculo do Bonfim, por exemplo, durante a Segunda Revolução Industrial, a atividade extrativista praticária e ilegal, na Amazônia, aumentou intensamente, de modo que a invasão de terras ocupadas por povos tradicionais tornou-se um artifício comum para a obtenção da látex das seringueiras. Nesse cenário, os conflitos agrários violentos causaram a extermínio de populações locais e, como consequência, a perda de suas tradições. Diante disso, é possível relacionar a desvalorização das comunidades à lógica de exploração de recursos naturais para garantia de lucro.</p> <p>5 Fica claro, portanto, que a valorização dos povos tradicionais, no país, apesar de ser importante para a diversidade cultural, enfrenta desafios relacionados aos ideais capitalistas. Para mudar essa realidade, é preciso que, além de estabelecer projetos educacionais que destaquem a necessidade de preservação dessas populações, o Estado institua ações de combate às práticas ilegais de invasão de terras, por meio do aumento da fiscalização das áreas habitadas por povos ameaçados. Isso pode ser feito, por exemplo, com o aumento do contingente de profissionais responsáveis por essa segurança, a fim de garantir a sobrevivência dessas comunidades e, com isso, preservar seus saberes. Assim, permite-se que a importância da cultura nativa seja, enfim, resgatada e consolidada.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Durante o processo de colonização brasileiro, iniciado no século XVI, a estratégia de dominação empregada pela Coroa Portuguesa consistia, além da violência física para a escravização dos povos nativos, na violência cultural, por meio da desvalorização dos costumes desses povos e da imposição de seus próprios conceitos de comportamento e religiosidade. Como resultado desse desrespeito à alteridade, a hegemonia europeia foi estabelecida na América, e a identidade nacional foi construída com base, principalmente, em princípios estrangeiros. Por essa razão, atualmente, dois séculos após a Independência, a importância da cultura nativa ainda não foi resgatada. Mesmo que a valorização de comunidades e povos tradicionais - não só indígenas, mas também ciganos e pescadores, por exemplo - no Brasil, seja essencial para a diversidade cultural do país, essa noção é ignorada para benefício de dinâmicas econômicas.

Primeiramente, é preciso destacar a importância da valorização das populações tradicionais brasileiras para a formação de uma nação rica em diversidade cultural. Para as ciências sociológicas, a coexistência de diferentes formas de organização social e expressão cultural é de grande valor para a construção de uma comunidade plural, com aspectos identitários sólidos, na medida em que o contato saudável entre perspectivas e realidades diversas amplia as noções de tolerância e de respeito na sociedade. Nesse sentido, a valorização dos povos tradicionais que têm como herança conhecimentos ancestrais diversificados, transmitidos entre gerações por meio de suas práticas e seus rituais, é indispensável para a formação de um acervo cultural nacional extremamente rico, de acordo com a Sociologia.

Entretanto, essa valorização é negligenciada, principalmente, por conta de uma lógica mercadológica. De fato, mesmo após o fim do domínio lusitano, os povos originários do Brasil continuaram sob ameaça de violação de seus direitos, diante da perpetuação das práticas exploratórias baseadas na dinâmica capitalista. Com o fortalecimento do Ciclo da Borracha, por exemplo, durante a Segunda Revolução Industrial, a atividade extrativista predatória e ilegal, na Amazônia, aumentou intensamente, de modo que a invasão de terras ocupadas por povos tradicionais tornou-se um artifício comum para a obtenção do látex das seringueiras. Nesse cenário, os conflitos agrários violentos ocasionaram o extermínio de populações locais e, como consequência, a perda de suas tradições. Diante disso, é possível relacionar a desvalorização dessas comunidades à lógica de exploração de recursos naturais para garantia de lucro.

Fica claro, portanto, que a valorização dos povos tradicionais, no país, apesar de ser importante para a diversidade cultural, enfrenta desafios relacionados aos ideais capitalistas. Para mudar essa realidade, é preciso que, além de estabelecer projetos educacionais que destaquem a necessidade de preservação dessas populações, o Estado institua ações de combate às práticas ilegais de invasão de terras, por meio do aumento da fiscalização das áreas habitadas por povos ameaçados. Isso pode ser feito, por exemplo, com o aumento do contingente de profissionais responsáveis por essa segurança, a fim de garantir a sobrevivência dessas comunidades e, com isso, preservar seus saberes. Assim, espera-se que a importância da cultura nativa seja, enfim, resgatada e consolidada."



Maria Eduarda Graciano (ela/dela)

18 anos | São Lourenço - MG | @dudsgraciano

Espelho

Nome completo do Participante: MARIA EDUARDA DE SOUZA GRACIANO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 26/01/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 Conhecida como "Cidadã", a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o processo de re- 2 democratização do Brasil, garante os direitos sociais, políticos e civis de todos os cidadãos brasileiros, 3 incluindo os povos originários. No entanto, apesar da garantia constitucional, na atualidade, tal 4 minoria ainda sofre com a desvalorização e com o preconceito na sociedade, tendo seus direitos ne- 5 gligenciados, em contraste com a Carta Magna. Tal exclusão tem origem no racismo estrutural e é fomenta- 6 da pelo desconhecimento populacional. Assim, é preciso estudar maneiras de superar os desafios que impedem a valori- 7 zação de comunidades e povos tradicionais no Brasil.</p> <p>8 Em primeiro plano, cabe relacionar tal adversidade ao racismo estrutural presente no país desde 9 a colonização. Esse racismo foi sustentado e estruturado por teorias etnocêntricas advindas dos 10 países colonizadores, as quais sustentavam a superioridade branca e a necessidade de catequizar 11 os nativos – que eram considerados inferiores. Paralelamente, tais teorias eurocêntricas foram 12 responsáveis por estruturar o racismo, marginalizar as etnias e destruir o acervo cultural étnico 13 do país, trazendo consequências até a atualidade, visto que tais minorias ainda estão em situa- 14ção de exclusão e desvalorização. Logo, visto as consequências do etnocentrismo para a soci- 15 edade contemporânea, é preciso incentivar a valorização das comunidades originárias.</p> <p>16 Ademais, outro desafio para a efetivação da valorização é o desconhecimento populacional, já que 17 a própria sociedade brasileira não conhece a diversidade étnica brasileira e a identidade multiétnica 18 do Brasil. Nesse sentido, essa ignorância – originada pela educação também etnocêntrica – 19 impede tal valorização e auxilia na disseminação de preconceitos. Nesse raciocínio, vale citar a 20 série "Anne with an e", já que, na obra, uma comunidade indígena sofre preconceito por parte da população 21 devido tal ignorância. Fora da ficção, a realidade não é diferente, visto que o preconceito é vi- 22 ve na sociedade brasileira. Dessa forma, é necessário educar a população, a fim de armar com o preconceito 23 Fica evidente, portanto, a necessidade de incluir e valorizar tais povos, a partir do combate às 24 teorias etnocêntricas e ao preconceito. Com isso, o Ministério da Educação e da Cultura – 25 principal promotor da educação no país – deve, com auxílio das mídias, criar campanhas publicitárias 26 educativas com intuito de educar a população brasileira sobre o assunto. Tais campanhas devem contar 27 com a perspectiva dessas minorias, a fim de incluí-las na sociedade. Além disso, o mesmo órgão 28 deve criar projetos nas escolas e universidades, com participação dessas comunidades, a fim de consci- 29 entizar também jovens e crianças sobre o assunto. Somente com tais medidas, a Constituição Federal 30 será obedecida, com os direitos de todos os brasileiros garantidos.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Conhecida como "Cidadã", a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o processo de redemocratização do Brasil, garante os direitos sociais, políticos e civis de todos os cidadãos brasileiros, incluindo os povos originários. No entanto, apesar da garantia constitucional, na atualidade, tal minoria ainda sofre com a desvalorização e com o preconceito na sociedade, tendo seus direitos negligenciados, em contraste com a Carta Magna. Tal exclusão tem origem no racismo estrutural e é fomentada pelo desconhecimento populacional. Assim, é preciso estudar maneiras de superar os desafios que impedem a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

Em primeiro plano, cabe relacionar tal adversidade ao racismo estrutural presente no país desde a colonização. Esse racismo foi sustentado e estruturado por teorias etnocêntricas advindas dos países (*sic*) colonizadores, os quais sustentavam a superioridade branca e a necessidade de catequizar os nativos – que eram considerados inferiores. Paralelamente, tais teorias eurocêntricas foram responsáveis por estruturar o racismo, marginalizar as etnias e destruir o acervo cultural étnico do país, trazendo consequências até a atualidade, visto que tais minorias ainda estão em situação de exclusão e desvalorização. Logo, visto as consequências do etnocentrismo para a sociedade contemporânea, é preciso incentivar a valorização das comunidades originárias.

Ademais, outro desafio para a efetivação da valorização é o desconhecimento populacional, já que a própria sociedade brasileira não conhece a diversidade étnica brasileira e a identidade multiétnica do Brasil. Nesse sentido, essa ignorância – originada pela educação também etnocêntrica – impede tal valorização e auxilia na disseminação de preconceitos. Nesse raciocínio, vale citar a série "Anne with an e", já que, na obra, uma comunidade indígena sofre preconceito por parte da população devido tal ignorância. Fora da ficção, a realidade não é diferente, visto que o preconceito é vigente na sociedade brasileira. Dessa forma, é necessário educar a população, a fim de acabar com o preconceito.

Fica evidente, portanto, a necessidade de incluir e valorizar tais povos, a partir do combate às teorias etnocêntricas e ao preconceito. Com isso, o Ministério da Educação e da Cultura – principal promotor da educação no país – deve, com auxílio das mídias, criar campanhas publicitárias educativas com intuito de educar a população brasileira sobre o assunto. Tais campanhas devem contar com a perspectiva dessas minorias, a fim de incluí-las na sociedade. Além disso, o mesmo órgão deve criar projetos nas escolas e universidades, com participação dessas comunidades, a fim de conscientizar também jovens e crianças sobre o assunto. Somente com tais medidas, a Constituição Federal será obedecida, com os direitos de todos os brasileiros garantidos."



Maria Fernanda Simionato de Lemes (ela/dela)

21 anos | Porto Alegre - RS | @mafesimionatol

Espelho

Nome completo do Participante: MARIA FERNANDA SIMIONATO DE LEMES		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		
CPF:	Data de Nascimento: 11/05/2001	<ol style="list-style-type: none">Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e nos no local indicado.Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro do preenchimento do Participante.Escreve a sua redação com letra legível. No caso do erro, risco, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o símbolo gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.Não será avaliado texto escrito em coladinho/deve. Respeite rigorosamente as margens.
<p>Maria Fernanda Simionato de Lemes Assinatura do Participante</p>		
<p>1. Historicamente, a partir da implementação das mudanças jurídicas no Brasil colonial, os povos nativos tiveram suas tradições respeitadas e seu conhecimento aceito (pocahontas) peculiares das tribos indígenas. As contemporâneas, a importância das populações configura um fator indissociável à compreensão da diversidade étnica do nosso país. Entretanto, ainda persistem desigualdades entre as diferentes comunidades, que suspeita-se provêm de repressão. Tais, como medidas instituídas pelo governo que promovem a exclusão social e cultural de uma grande parte da população indígena. Assim, entendo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aponta as seguintes tradições que devem ser preservadas e constituirão o patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, nota-se que a constituição dessas tradições para a formação intelectual e corporal dos indígenas é de extrema importância, aguçando a memória e, assim, despertando a participação ativa na economia do país. Assim, evidenciar o estímulo à comunicação dentro das comunidades para a manutenção de conhecimentos difundidos, bem como para a integração da extensão.</p> <p>Entretanto, o fato de representantes políticos existirem para os povos indígenas é de relevância para as suas necessidades sociais, que não são atendidas pelas autoridades locais. Nesse sentido, a Constituição Federal reconhece a existência de todos os cidadãos brasileiros, observando o direito de preservar suas tradições nas decisões públicas. Dessa maneira, compreende-se que a ministérios de extensão para o reconhecimento da importância da população indígena é fundamental na implementação de representantes que promovam, intimamente, a perpetuação de cultura e técnicas ancestrais, propugnando para esses grupos. Deste modo, compreende-se a (alta) concernça de um grande problema na política cultural, o qual impede a garantia plena dos direitos humanos.</p> <p>Diante desse ponto, é de suma importância a preparação governamental que atenue as questões locais, cabendo ao Estado - segundo princípio é a proteção dos direitos de seus cidadãos - a implementação de mudanças na máxima intensidade, para maior eficiência de rotas e ações para a execução de políticas sociais de fiscalização indígena. Tal administração terá como finalidade a manutenção das suas tradições, resguardando-a e salvaguardando a sua integridade fundamentalidade na compreensão histórica e cultural da realidade brasileira.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Historicamente, a partir da implementação das missões jesuíticas no Brasil colonial, os povos nativos tiveram suas tradições suprimidas e seu conhecimento acerca das peculiaridades territoriais menosprezado. Na contemporaneidade, a importância dessas populações configura um fator indispensável à compreensão da diversidade étnica do nosso país. Contudo, ainda persistem desafios à valorização dessas comunidades, o que interfere na preservação de seus saberes. Logo, urgem medidas estatais que promovam melhorias nesse cenário.

Sob esse viés, é válido destacar a fundamentalidade dos povos tradicionais como detentores de uma pluralidade histórica e cultural, que proporciona a disseminação de uma vasta sabedoria na sociedade. Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) afirma as heranças tradicionais desses grupos como constituintes do patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, sabe-se que a contribuição desses indivíduos para a formação intelectual do corpo social engloba práticas de sustentabilidade, agricultura familiar e, inclusive, confere a eles uma participação efetiva na economia do país. Assim, evidencia-se a extrema relevância dessas comunidades para a manutenção de conhecimentos diferenciados, bem como para a evolução da coletividade.

Entretanto, a falta de representantes políticos eleitos para essa classe ocasiona a desvalorização das suas necessidades sociais, que não são atendidas pelos demais legisladores. Nesse contexto, a Constituição Federal assegura direitos inalienáveis a todos os cidadãos brasileiros, abordando o dever de inclusão dos povos tradicionais nas decisões públicas. Desse modo, comprehende-se que a existência de obstáculos para o reconhecimento da importância de populações nativas se relaciona à ineficácia na incorporação de representantes que sejam, de fato, interessados na perpetuação de saberes e técnicas ancestrais propagados por esses grupos. Sendo assim, comprova-se a ocorrência de um grave problema no âmbito coletivo, o qual impede a garantia plena dos direitos básicos dessas pessoas.

Diante do exposto, denota-se a urgência de propostas governamentais que alterem esse quadro. Portanto, cabe ao Estado - cuja função principal é a proteção dos direitos de seus cidadãos - a implantação de mudanças no sistema eleitoral, por meio da criação de cotas rígidas para a eleição de políticos oriundos de localidades nativas. Tal reestruturação terá como finalidade a valorização de povos tradicionais, reconhecendo a sua fundamentalidade na composição histórica e cultural da sociedade brasileira."



Mariana Horta Araujo (ela/dela)

19 anos | Niterói - RJ | @_marianahorta

Espelho

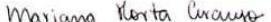
Nome completo do Participante: MARIANA HORTA ARAUJO		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 09/09/2003	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 A Agenda UNI 2030, plante de qual o Brasil é signatário, prevê um dos seus objetivos o desenvolvimento sustentável 2 pautado no respeito à diversidade cultural. No entanto, a realidade diverge do documento, tendo em vista os desafios para a valo- 3 rização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, que dificultam a troca sustentável entre a sociedade e a natureza. Isto 4 forma, é fundamental compreender como a falta educacional e a governamental intensificam o cenário nacional vigente. 5 De inicio, convém analisar a representatividade das instituições de ensino como ótice à valorização das comunidades e povos tra- 6 dicionais no país. Só a ética da socióloga Martha Nussbaum, o conteúdo informacional a que o indivíduo tem acesso modula 7 a sua perspectiva e a sua forma de apreensão da realidade, exercendo influência direta sobre suas ações diante de questões nac- 8 ionais. Ao ser inserida em um contexto educacional de difícil ou de insistente abordagem acerca da diversidade cultural brasileira, 9 expressa principalmente nas comunidades e nos povos tradicionais, o indivíduo apresenta uma formação intelectual caracteriza- 10 da por lacunas de conhecimento sobre a importância da sociedade. Neste sentido, o sujeito torna-se incapaz de valorizar diferentes 11 comunidades e povos tradicionais do território nacional, uma vez que não apresenta informações suficientes sobre a existência e sobre 12 as atribuições desses grupos ao país - das quais destaca-se o amplo conhecimento da natureza e da preservação para manutenção 13 da sua biodiversidade hoje, e desenhoamento populacional priorizado pela falta educacional que dificulta a valorização dos povos e 14 das comunidades que compõem o cenário nacional e perpetua a falta de informações para alterar esse quadro. 15 Além disso, vale ressaltar o papel governamental como desafio à valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Só 16 esse é, a experiência de "comodities", como a soja e o milho, realizada pelo agronegócio brasileiro, contribui para o destaque do 17 país como um dos maiores produtores mundiais, fato que atraiu altos investimentos e ampla ação governamental a esse setor. 18 Embora benéfico para o PIB nacional, o modo de produção agropecuária moderna é nocivo aos povos e às comunidades tradicionais do 19 Brasil, visto que é marcado pela intensa exploração da terra e dos recursos naturais, que são, majoritariamente, a base da vida desses 20 grupos sociais - tendo em vista o uso da natureza como meio de subsistência e como forma de manter laços ancestrais ao longo de 21 suas histórias. Nessa perspectiva, para valorizar e desenvolver o crescimento econômico em detrimento dos povos e das comunidades, o governo 22 brasileiro insere-se na teoria "Instituições Limbo", na qual o sociólogo Baumgartner afirma que, para não premiarem expectativas nefas, 23 trazem o desenvolvimento de uma sociedade - como os grupos tradicionais - algumas instituições permitem o seu valor social. Assim, o 24 governo mostra-se um desafio para a valorização de populações tradicionais, deixando em risco a identidade e a vida delas 25 Afortunadamente, foram dados os ônibus à valorização dos povos e comunidades tradicionais ^{do Brasil}. Para combate-las, é 26 dever do Ministério da Educação - devido à sua responsabilidade sobre a formação intelectual dos brasileiros - ampliar e conte- 27 cimento da população sobre os grupos tradicionais. Tal ação será realizada por meio de profissionais educacionais remunerados - os 28 quais serão distribuídos por todo o território nacional - com a finalidade de tornar os brasileiros aptos a valorizar os po- 29 vos e as comunidades tradicionais do país. Ademais, cabe ao Governo Federal promover apoio a esses grupos e a sua forma 30 de utilizar a natureza em detrimento do agronegócio. Como efeito, a Agenda UNI será cumprida e os povos, valorizados.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"A Agenda ONU 2030, plano do qual o Brasil é signatário, prevê como um de seus objetivos o desenvolvimento sustentável pautado no respeito à diversidade cultural. No entanto, a realidade diverge do documento, tendo em vista os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, que dificultam a troca sustentável entre a sociedade e a natureza. Dessa forma, é fundamental compreender como a falha educacional e a governamental intensificam o infame cenário nacional vigente.

De início, convém analisar a negligência das instituições de ensino como óbice à valorização de comunidades e povos tradicionais no país. Sob a ótica da socióloga Martha Nussbaum, o conteúdo informacional a que o indivíduo tem acesso modula a sua perspectiva e a sua forma de apreensão da realidade, exercendo influência direta sobre suas ações diante de questões sociais. Ao ser inserido em um contexto de pígia ou de inexistente abordagem acerca da diversidade cultural brasileira, expressa principalmente nas comunidades e nos povos tradicionais, o indivíduo apresenta uma formação intelectual caracterizada por lacunas de conhecimento sobre a composição da sociedade. Nesse sentido, o sujeito torna-se incapaz de valorizar diferentes comunidades e povos tradicionais do território nacional, uma vez que não apresenta informações suficientes sobre a existência e sobre as atribuições desses grupos ao país - das quais destaca-se o amplo conhecimento da natureza e da preservação para a manutenção da sua biodiversidade.

Além disso, vale ressaltar a falha governamental como desafio à valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Sob esse viés, a exportação de "commodities", como a soja e o milho, realizada pelo agronegócio brasileiro, contribui para o destaque do país como um dos maiores produtores mundiais, fato que acarreta altos investimentos e apoio governamental a esse setor. Embora benéfico para o PIB nacional, o modo de produção agrícola moderno é nocivo aos povos e às comunidades tradicionais do Brasil, visto que é marcado pela intensa exploração da terra e dos recursos naturais, que são, majoritariamente, a base da vida desses grupos sociais - tendo em vista o uso da natureza como meio de subsistência e como forma de manter laços ancestrais ao longo de suas histórias. Nessa perspectiva, por valorizar o desenvolvimento econômico em detrimento dos povos e das comunidades, o governo brasileiro insere-se na teoria de "Instituição Zumbi", na qual o sociólogo Bauman afirma que, por não promoverem os aparatos necessários ao desenvolvimento de uma sociedade - como os grupos tradicionais - algumas instituições perdem o seu valor social. Assim, o governo mostra-se um desafio para a valorização de populações tradicionais, colocando em risco a identidade e a vida delas.

Portanto, ficam claros os óbices à valorização de povos e comunidades tradicionais do Brasil. Para combatê-los, é dever do Ministério da Educação - devido a sua responsabilidade sobre a formação intelectual dos brasileiros - ampliar o conhecimento da população sobre os grupos tradicionais. Tal ação será realizada por meio de projetos educacionais semanais - os quais serão distribuídos por todo o território nacional - com a finalidade de tornar os brasileiros aptos a valorizar os povos e as comunidades tradicionais do país. Ademais, cabe ao Governo Federal promover apoio a esses grupos e a sua forma de utilizar a natureza em detrimento do agronegócio. Como efeito, a Agenda ONU será cumprida e os povos, valorizados."



Maria Victória Parizani (ela/dela)

20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @maviparizani

Espelho

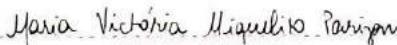
Nome completo do Participante: MARIA VICTORIA MIQUELITO PARIZANI		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado
CPF:	Data de Nascimento: 26/03/2002	2. Transcreva a sua redação com caneta esterográfica de tinta preta, fabricada em material transparente
 Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risco, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite os prensamentos nas margens.
1	Na obra "Inverno", datada do período hermético, é retratada a relação entre uma mulata indígena e um homem branco, a	
2	pormenorizada e narrativa da brancura resultada da harmonia entre diferentes povos: os mulatos e os negros-crioulos brasileiros.	
3	No entanto, a realidade realmente ^{real} é extremamente distante da poesia: o novo tradicionalismo tem rejeitado, desde o século XV,	
4	diferentes dimensões que se referem à sua identidade. Nesse contexto, distanciam-se, rejeitando, a continuidade histórica, os padrões de vida	
5	hereditária como a única realmente aceita e o posicionamento da busca pelo bem no interior da rede de comunidades tradicionais.	
6	Em primeiro plano, é necessário apontar que um dos maiores desafios para a colonização das comunidades é preservar o Brasil;	
7	a adoção histórica do modelo monocultural como padrão no país. Nesse contexto, é interessante citar a política de imbranquecimento ^{im-}	
8	tornada em sede brasileira no início do século XX: logo após o fim da escravidão e a proclamação da República, os líderes políticos da	
9	ípoca realizaram um movimento, partindo em bases nações e distinções étnicas, de estímulo à imigração de europeus para o Brasil,	
10	a fim de aumentar seu contingente no país, e, assim, "embranquecer" a população. Os resultados dessa política, infelizmente, permane-	
11	ceram até os dias de hoje: individualizar pertencente aos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, etc. – constituiu-se algo de	
12	pernicioso, indiscutível, além de não terem suas dimensões hereditárias para maior individualizar pertencentes ao padrão monocultural nu-	
13	meritado. Isso certamente resulta na perpetuação da preparação de ideias falacioso e desrespeitosas referentes às comunidades tra-	
14	ditionais, o que individualiza o alegre desrespeitador a elas e transforma o Brasil em um país cada vez mais desigual e hostil.	
15	No segundo plano, é preciso citar a busca incisiva e desmedida pelo bem como um grande desafio para a colonização	
16	de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Uma extensa parte desses grupos nutre respeito e reconhecimento com	
17	a natureza, retirando dela somente o necessário para sobrevivência. Ao mesmo tempo, esse modelar do modelo monocultural visante	
18	ao grande impulsionar e apropriar-se operava a partir da busca pelo maximização dos lucros – o que contrasta com o ideal	
19	de preservação do meio ambiente segundo povos tradicionais, uma vez que a maior preocupação tende a ser alcançada por	
20	interdição da terra para agricultura, como o extrativismo baseado nesse contexto, ou impulsionar que despejam-se comuni-	
21	dades rurais em sede econômica – e, portanto, podem comprometerem de forma severa – os direitos e respeitos fundamentais aos povos	
22	tradicionais e apropriarem-se de terras que, naturalmente, não são suas. Esta realidade resulta em diversos conflitos, muitas vezes in-	
23	comunicados indígenas que adotaram ^{exercem} , implicitamente, a morte de inúmeras indígenas de grupos tradicionais. Neste modo, nesse lamentá-	
24	vel cenário, milhares de vidas são tratadas como无关紧要 importantes que a geração de lucro financeiro.	
25	Pontualmente, torna-se evidente a desvalorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, e é essa a sua rejeição. Tudo isso, ca-	
26	le ao Ministério da Educação e implementação de estes dirigentes sobre a importância do ^{do} grupo para o país, a nossa fundamental	
27	missão, já que é a educação que deve garantir a base cultural comum (universal), que determina os direitos mandatários a todos os bens heredi-	
28	tários. Isso deve ser salientado a fim de que a colonização de diferentes culturas seja levada de cima para baixo, e que entre a sociedade o atual cenário de	
29	desenvolvimento econômico o governo Federal deve trabalhar e respeitar a preservação de bens dos povos nativos, para que essas comunidades	
30	também possam desfrutar garantidos. Espero-me, desse modo, que o Brasil torne-se um país cada vez mais justo e igualitário de respeito.	

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na obra "Iracema", datada do período romântico, é retratada a relação entre uma mulher indígena e um homem branco, a fim de expressar o nascimento do Brasil como resultado da harmonia entre diferentes povos: os nativos e os recém-chegados europeus. No entanto, a realidade mostra-se extremamente distante da ficção: os povos tradicionais brasileiros têm enfrentado, desde o século XV, diversos desafios no que se refere à sua valorização. Nesse contexto, destacam-se, sobretudo, a construção histórica do padrão de vida eurocêntrico como o único socialmente aceito e o favorecimento da busca pelo lucro em detrimento do respeito às comunidades tradicionais.

Em primeiro plano, é necessário apontar que um dos maiores desafios para a valorização das comunidades e povos tradicionais no Brasil é a adoção histórica do modelo eurocêntrico como padrão no país. Nesse contexto, é imprescindível citar a política de embranquecimento instaurada em solo brasileiro no início do século XX: logo após o fim da escravidão e a proclamação da República, os líderes políticos da época realizaram um movimento, pautado em bases racistas e discriminatórias, de estímulo à imigração de europeus para o Brasil, a fim de aumentar seu contingente no país e, assim, "embranquecer" a população. Os resultados dessa política, infelizmente, persistem até os dias de hoje: indivíduos pertencentes aos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, entre outros – continuam sendo alvo de preconceitos, violência, além de não terem seus direitos reconhecidos por muitos indivíduos pertencentes ao padrão eurocêntrico supracitado. Esse cenário resulta na perpetuação da propagação de ideais falaciosos e desrespeitosos referentes às comunidades tradicionais, o que intensifica os ataques direcionados a elas e transforma o Brasil em um país cada vez mais desigual e hostil.

Em segundo plano, é preciso citar a busca incessante e desmedida pelo lucro como um grande desafio para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Uma extensa parte desses grupos nutre relações de respeito e reciprocidade com a natureza, retirando dela somente o necessário para subsistência. Ao mesmo tempo, aos moldes do modelo neoliberal vigente, as grandes empresas e o agronegócio operam a partir da busca pela maximização dos lucros – o que contrasta com o ideal de preservação do meio ambiente seguido pelos povos tradicionais, uma vez que a maior produção tende a ser alcançada por intermédio de técnicas pouco sustentáveis, como o extrativismo exacerbado. Nesse contexto, as empresas, que superam as comunidades nativas em poder econômico – e, portanto, gozam comparativamente de mais recursos –, invadem os espaços pertencentes aos povos tradicionais e apropriam-se de terras que, moralmente, não são suas. Essa realidade resulta em diversos conflitos, muitas vezes extremamente violentos, que acarretam, infelizmente, a morte de inúmeros indivíduos de grupos tradicionais. Desse modo, nesse lamentável cenário, milhares de vidas são tratadas como menos importantes que a geração de lucro financeiro.

Portanto, torna-se evidente a desvalorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, e é urgente sua superação. Para isso, cabe ao Ministério da Educação a implementação de aulas obrigatórias sobre a importância desses grupos para o país, a nível fundamental e médio, por meio da inclusão do assunto na Base Nacional Comum Curricular, que determina os conteúdos mandatórios a todas as escolas brasileiras. Isso deve ser realizado a fim de que a valorização de diferentes culturas seja ensinada desde cedo, o que evitará a persistência do atual cenário de preconceito. Além disso, o Governo Federal deve fiscalizar o respeito à preservação de terras dos povos nativos, para que essas comunidades tenham seus direitos garantidos. Espera-se, desse modo, que o Brasil torne-se um país cada vez mais justo e repleto de respeito."



Nicole Carvalho Almeida (ela/dela)

19 anos | Araguari - MG

Espelho

Nome completo do Participante: NICOLE CARVALHO ALMEIDA		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição: CPF: Data de Nascimento: 13/05/2003		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. 2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 Do Brasil, o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 delibera a garantia da cidadania e da integridade da pessoa humana como fundamento para a instituição do Estado Democrático de Direitos, no qual deve-se assegurar o bem-estar coletivo. No entanto, hoje em dia, não há o cumprimento efetivo dessa premissa para a totalidade dos cidadãos, haja vista os empêchos que tanto a valorização de comunidades e povos tradicionais no país. Nesse sentido, torna-se essencial analisar duas vertentes relacionadas à problemática: a inferiorização desses grupos bem como a perspectiva do mercado nacional.</p> <p>2 Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o sociólogo americano Erving Goffman, o estigma caracteriza-se por atributos profundamente depreciativos estabelecidos pelo meio social. Nesse contexto, observa-se a manutenção como os povos tradicionais, a exemplo dos quilombolas e dos ciganos, sofrem a estigmatização na sociedade brasileira, pois não, muitas vezes, considerados sujeitos nem utilidade para o crescimento econômico do país, uma vez que as práticas de subsistência são comuns entre comunidades. Desse modo, ocorre a marginalização desses grupos, fato a qual se distanciam da valorização no país.</p> <p>3 Outrossim, é relevante ressaltar a perspectiva mercadológica brasileira como fator agravante dessa realidade. Nesse conjunto, segundo a obra "O Capital", escrita pelos filósofos economistas Karl Marx e Friedrich Engels, o capitalismo prioriza a lucratividade em detrimento de valores. Nesse cenário, diversos empresas, no Brasil, estruturadas em uma base capitalista, atuam a partir de mecanismos de financiamento e apoio às legislações que incentivam a exploração de territórios ambientais habitados pelos povos tradicionais, como a região amazônica, sem levar em consideração a defesa da sociobiodiversidade dessas comunidades. Desse modo, há a manutenção de ações no qual visam somente o lucro no mercado corporativo e não levantam com processos de apropriação bem como de desvalorização das nichos sociais de populações tradicionais no país.</p> <p>4 Portanto, são necessárias intervenções capazes de fomentar a valorização desses indivíduos na sociedade brasileira. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação promover a mudanças das concepções discriminatórias contra os povos tradicionais, por meio da realização de palestras periódicas nos escolas, ministradas por sociólogos e antropólogos, os quais conscientizem os sujeitos acerca da importância desses povos para o país, o fim de minimizar o preconceito nesse âmbito. Além disso, é dever do Ministério da Economia impor sanções às empresas que exploram os territórios habitados fessa por essas comunidades, com o intuito de desestimular tais ações. A partir dessas medidas, a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"No Brasil, o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 delibera a garantia da cidadania e da integridade da pessoa humana como fundamento para a instituição do Estado Democrático de Direito, no qual deve-se assegurar o bem-estar coletivo. No entanto, hodiernamente, não há o cumprimento efetivo dessa premissa para a totalidade dos cidadãos, haja vista os empecilhos no que tange à valorização de comunidades e povos tradicionais no país. Nesse viés, torna-se essencial analisar duas vertentes relacionadas à problemática: a inferiorização desses grupos bem como a perspectiva do mercado nacional.

Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o sociólogo canadense Erving Goffman, o estigma caracteriza-se por atributos profundamente depreciativos estabelecidos pelo meio social. Nesse contexto, observa-se a maneira como os povos tradicionais, a exemplo dos quilombolas e dos ciganos, sofrem a estigmatização na sociedade brasileira, pois são, muitas vezes, considerados sujeitos sem utilidade para o crescimento econômico do país, uma vez que as práticas de subsistência são comuns nessas comunidades. Dessa forma, ocorre a marginalização desses grupos, fato o qual os distancia da valorização no país.

Outrossim, é relevante ressaltar a perspectiva mercadológica brasileira como fator agravante dessa realidade. Nessa conjuntura, segundo a obra "O Capital" escrita pelos filósofos economistas Karl Marx e Friedrich Engels, o capitalismo prioriza a lucratividade em detrimento de valores. Nesse cenário, diversas empresas, no Brasil, estruturadas em uma base capitalista, atuam a partir de mecanismos de financiamento e apoio às legislações que incentivam a exploração de territórios ambientais habitados pelos povos tradicionais, como a região amazônica, sem levar em consideração a defesa da sociobiodiversidade nessas comunidades. Desse modo, há a manutenção de ações as quais visam somente ao lucro no mercado corporativo e são coniventes com processos de apropriação bem como de desvalorização dos nichos sociais de populações tradicionais no país.

Portanto, são necessárias intervenções capazes de fomentar a valorização desses indivíduos na sociedade brasileira. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação promover a mudança das concepções discriminatórias contra as comunidades tradicionais, por meio da realização de palestras periódicas nas escolas, ministrados por sociólogos e antropólogos, as quais conscientizem os sujeitos acerca da importância desses povos para o país, a fim de minimizar o preconceito nesse âmbito. Além disso, é dever do Ministério da Economia impor sanções às empresas que explorem os territórios habitados por essas comunidades, com o intuito de desestimular tais ações. A partir dessas medidas, a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil."



Rodrigo Junqueira Santiago Simões (ele/dele)

18 anos | São Paulo - SP | @rodrigoo_j.santiago

Espelho

Nome completo do Participante: RODRIGO JUNQUEIRA SANTIAGO SIMOES		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 15/04/2004	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
 <i>Rodrigo Junqueira Santiago J.</i> <small>Assinatura do Participante</small>		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, riscue, com um traço simples, a palavra, a frase, o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
<p>1 No livro "Descrever é Acionar o Fim da Morte", Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza, o que não se aplica às comunidades indígenas. Tal pensamento é extremamente atual, já que, não só indígenas como todas as populações tradicionais têm uma relação de respeito mútuo com a natureza, oportuna que os diferentes povos das bacias.</p> <p>2 Com isto, a agressão ao meio ambiente e o agravamento dos saberes ancestral, configuram desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.</p> <p>3 Primeiramente, é preciso compreender como a agressão ao meio ambiente forte as comunidades tradicionais. Há séculos</p> <p>4 esses povos vêm construindo suas culturas com respeito à natureza, tratando-a de forma sustentável. Consequentemente,</p> <p>5 criaram-se nestes grupos uma visão astuta dos recursos naturais, que se tornaram base para a manutenção de uma</p> <p>6 identidade característica a cada uma destas comunidades. No entanto, todos os bairros brasileiros estão sendo constantemente ameaçados, seja pela mineração, grupos ilegal, desmatamento ou poluição, fatores que são em comum a pressu-</p> <p>7 ção de ganhos financeiros em detrimento da preservação ambiental. Assim, parte da população cobra em suas ações</p> <p>8 patrimônio dos povos tradicionais, a natureza, em busca de recursos naturais que trazem benefícios vestidos aos agro-</p> <p>9 sítios, tornando o modo de vida dessas comunidades impenetrável. Portanto, com base na importância do meio ambiente</p> <p>10 para as comunidades tradicionais, causas danas à natureza significa, também, causas danas aos povos em questão.</p> <p>11 Ademais, é de grande relevância entender como o agravamento dos saberes ancestrais leva à desvalorização das popu-</p> <p>12 lacções tradicionais. Devido à grande diversidade de povos tradicionais no Brasil, existe, em cada um deles, a criação de</p> <p>13 um conjunto de conhecimentos, costumes, filosofias e linguagens distintas, resultando pelas gerações, ditando e man-</p> <p>14 tomando novo o modo de vida que caracteriza identitariamente cada grupo. Entretanto, essa teoria em epistemologia é muitas</p> <p>15 vezes ignorada, pelo fato de que esses saberes não colhidos apesar em esferas menores, de forma a</p> <p>16 manter a ancestralidade dos povos locais apenas entre si. Logo, todo conhecimento produzido nessa perspectiva</p> <p>17 é desconhecido do grande público, sendo poucos discutidos e não fazendo parte da visão de mundo da maioria</p> <p>18 dos brasileiros. Dessa forma, os saberes dos povos tradicionais não são considerados, acarretando na desvalori-</p> <p>19 zação de todos esses grupos.</p> <p>20 Em síntese, a impacto causado ao meio ambiente e a desconsideração de seus saberes não grandes e genéticos na</p> <p>21 desvalorização das comunidades tradicionais. Por isso, cabe ao Ministério do Meio Ambiente proteger os bairros do país,</p> <p>22 através do endevolvimento de princípios contra crimes ambientais, com a finalidade de salvaguardar o modo de vida de</p> <p>23 diferentes povos, tornando possível a manutenção da diversidade cultural brasileira. Além disso, o Ministério da Educação</p> <p>24 deve promover a discussão sobre os conhecimentos das comunidades tradicionais, por meio da incorporação de con-</p> <p>25 teúdos relevantes a esses povos no grande currículo das escolas, a fim de divulgar a visão de mundo desse gru-</p> <p>26 po, formando uma comunicação positiva entre todos a população.</p>		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"No livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza, o que não se aplica às comunidades indígenas. Tal pensamento é extremamente atual, já que não só indígenas como todas as populações tradicionais têm uma relação de respeito mútuo com a natureza, aspectos que as diferenciam do resto dos brasileiros. Com isso, a agressão ao meio ambiente e o apagamento dos saberes ancestrais configuram desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

Primeiramente, é preciso compreender como a agressão ao meio ambiente fere as comunidades tradicionais. Há séculos esses povos vêm construindo suas culturas com respeito à natureza, tratando-a de forma sustentável. Consequentemente, criou-se nesses grupos uma visão afetiva dos recursos naturais, que se tornaram base para a manutenção de uma identidade característica a cada uma dessas comunidades. No entanto, todos os biomas brasileiros estão sendo constantemente ameaçados, seja pela mineração, garimpo ilegal, desmatamento ou poluição, fatores que têm em comum a priorização de ganho financeiro em detrimento da preservação ambiental. Assim, parte da população, coloca em risco o maior patrimônio dos povos tradicionais, a natureza, em busca de recursos naturais que trazem benefícios restritos aos agressores, tornando o modo de vida dessas comunidades impraticável. Portanto, com base na importância do meio ambiente para as comunidades tradicionais, causar danos à natureza significa, também, causar danos aos povos em questão.

Ademais, é de grande relevância entender como o apagamento dos saberes ancestrais leva à desvalorização das populações tradicionais. Devido à grande diversidade de povos tradicionais no Brasil, houve, em cada um deles, a criação de um conjunto de conhecimentos, pensamentos, filosofias e linguagens distintas, passado pelas gerações, ditando e mantendo vivo o modo de vida que caracteriza identitariamente cada grupo. Entretanto, essa bagagem epistêmica é muito pouco externalizada, pelo fato de que esses saberes são coletivizados apenas em esferas menores, de forma a manter a ancestralidade dos povos locais apenas entre si. Logo, todo conhecimento produzido nessa perspectiva é desconhecido do grande público, sendo pouco discutido e não fazendo parte da visão de mundo da maioria dos brasileiros. Dessa forma, os saberes dos povos tradicionais são desconsiderados, acarretando na desvalorização de todos esses grupos.

Em síntese, o impacto causado ao meio ambiente e a desconsideração de seus saberes são grandes agentes de desvalorização das comunidades tradicionais. Por isso, cabe ao Ministério do Meio Ambiente proteger os biomas do país, através do endurecimento de punições contra crimes ambientais, com a finalidade de salvaguardar o modo de vida de diferentes povos, tornando possível a manutenção da diversidade cultural brasileira. Além disso, o Ministério da Educação deve promover a discussão sobre os conhecimentos das comunidades tradicionais, por meio da incorporação de conteúdos relacionados a esses povos na grade curricular das escolas, a fim de divulgar a visão de mundo desses grupos, fomentando uma convivência pacífica entre toda a população."



Samantha Souza (ela/dela)

20 anos | Governador Valadares - MG | @samanthinhhabr

Espelho

Nome completo do Participante: SAMANTHA BRITTO DE SOUZA  <small>Assinatura do Participante</small>		INSTRUÇÕES 1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado. 2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. 3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
1	Em sua obra "O Cidadão de Papel", Gilberto Dimenstein aborda a desvalorização de alguns indivíduos na sociedade brasileira, uma vez que boa parte dos direitos humanos está apenas registrado no papel, ou seja, não está sendo exercida na prática. Diante disso, no cenário hodierno, a visão do autor é verificada na questão dos desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Nesse sentido, observa-se um delicado confronto que tem como raiz a negligência de leis, bem como a falta de informação.	
2	Em primeira análise, vale ressaltar que a insuficiência da legislação intensifica o desafio de conservar os diferentes organizados sociais. A Constituição Brasileira de 1988 busca garantir a integridade dos povos vivos e os meios em que vivem. Nessa perspectiva, a espessa legislativa rompe esse raciocínio em relação à cultura e à sociedade, visto que, muitas vezes, as comunidades distintas não são reconhecidas, principalmente os queiram a importância da preservação do meio ambiente e de envolvimento na economia, devido à excesso de implementação da lei, com rigor, em recém-começo de diversos povos da natureza e seus hábitos culturais. Assim sente, infere-se que a ação legislativa não foi capaz de garantir a valorização de diferentes organizações sociais.	
3	Em Segunda análise, é importante destacar que a falta de informações permite o desafio de preservar as comunidades e os grupos tradicionais. Em sua obra "A República", Platão narra "A Alegoria da Caveira", em que os prisioneiros acorrentados em uma cova vêm somente sombras refletidas na parede e eles acreditam que são reais. Nessa perspectiva, em situação análoga à metáfora, no contexto atual, os brasileiros, que não têm conhecimento acerca das culturas e sociedades distintas, vivem na escuridão, isto é, na ignorância, havendo visto que não reconhecem os diversos hábitos culturais e nem preservam os territórios dos indígenas, quilombolas, pescadores e entre outros devido à excesso da consciência dos intolerantes sobre a importância dessas comunidades e povos tradicionais em proteger o meio ambiente. Dessa forma, deduz-se que a ignorância contribui para a desvalorização dos grupos dos saberes ancestrais.	
4	Portanto, o governo – agente responsável por zelar pela nação –, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, deve garantir o recém-começo das organizações sociais do ecossistema, por todo o Brasil, por meio da aplicação da lei, com rigor, com o intuito de valorizar as comunidades e os povos tradicionais da pátria verde-amarela, e também preservar a natureza, para uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, é necessário a realização de debates sobre o reconhecimento e a conservação dos grupos da biodiversidade, a fim de que a população tome conhecimento e valorize-os. Dessa maneira, feito isso, não haverá mais "cidadãos de papel", conforme a visão de Dimenstein.	
5		

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Em sua obra "O Cidadão de Papel", Gilberto Dimenstein aborda a desvalorização de alguns indivíduos na sociedade brasileira, uma vez que boa parte dos direitos humanos está apenas registrada no papel, ou seja, não está sendo exercida na prática. Diante disso, no cenário hodierno, a visão do autor é verificada na questão dos desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Nesse sentido, observa-se um delicado confronto que tem como razões a negligência de leis, bem como a falta de informação.

Em primeira análise, vale ressaltar que a insuficiência da legislação intensifica o desafio de conservar as diferentes organizações sociais. A Constituição Brasileira de 1988 busca garantir a integridade dos seres vivos e o meio em que vivem. Sob essa perspectiva, a esfera legislativa rompe esse raciocínio em relação à cultura e à sociedade, visto que, muitas vezes, as comunidades distintas não são reconhecidas, principalmente os quais integram na importância da preservação do meio ambiente e do envolvimento na economia, devido à escassez da implantação da lei, com rigor, em reconhecimento de diversos povos da natureza e seus hábitos culturais. Assim sendo, infere-se que a ação legislativa não foi capaz de garantir a valorização de diferentes organizações sociais.

Em segunda análise, é importante destacar que a falta de informação permite o desafio de preservar as comunidades e os grupos tradicionais. Em sua obra "A República", Platão narra "A Alegoria da Caverna", em que os prisioneiros acorrentados em uma cova veem somente sombras refletidas na parede e eles acreditam que são reais. Nessa perspectiva, em situação análoga à metáfora, no contexto atual, os brasileiros que não têm conhecimento acerca das culturas e sociedades distintas vivem na escuridão, isto é, na ignorância, haja vista que não reconhecem os diversos hábitos culturais e nem preservam os territórios dos indígenas, quilombolas, pescadores e entre outros devido à escassez da consciência dos intolerantes sobre a importância dessas comunidades e povos tradicionais em proteger o meio ambiente. Dessa forma, deduz-se que a ignorância contribuiu para a desvalorização dos grupos dos saberes ancestrais.

Portanto, o governo – agente responsável por zelar pela nação –, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, deve garantir o reconhecimento das organizações sociais do ecossistema, por todo o Brasil, por meio da aplicação da lei, com rigor, com o intuito de valorizar as comunidades e os povos tradicionais da pátria verde-amarela, e também preservar a natureza, para uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, é necessário a realização de debates sobre o reconhecimento e a conservação dos grupos da biodiversidade, a fim de que a população tome conhecimento e valorize-os. Dessa maneira, feito isso, não haverá mais "cidadãos de papel", consoante a visão de Dimenstein."



Zeck Ferreira Gomes (ele/dele)

22 anos | Montes Carlos - MG | @zeecagomes

Espelho

Nome completo do Participante:		INSTRUÇÕES
Nº de Inscrição:		1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a sua data de nascimento estão corretos e assine no local indicado.
CPF:	Data de Nascimento: 06/09/2000	2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
Assinatura do Participante		3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
		4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
		5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
1	<p>Na música "Imagine", de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade. Assim, como na obra, para o(a) autor(a), a harmonia social é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Contudo, no Brasil, desejos como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo, prejudicam a valorização das comunidades e dos povos tradicionais, impedindo a concretização dessa união. Dessa maneira, torna-se fundamental a atuação do Estado para solucionar esse problema.</p>	
2	<p>Dante desse, é válido analisar, primeiramente, a impropriedade estatal perante o cumprimento dos bens públicos normativos. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua implementação no campo e na cidade. Todavia, percebe-se, na realidade, que esse direito não é garantido por completo, haja vista que, em virtude da escassa mobilização governamental referente à promoção de campanhas educacionais sobre as distintas comunidades tradicionais que residem no Brasil, diversas pessoas desentendem a importância desses povos para a nação, o que exemplo da utilização do conhecimento indígena para a preservação das florestas nativas, que contribui para a desvalorização dessa população na atualidade. Logo, vê-se que as autoridades públicas devem promover ações sensibilizadoras para revertêr essa conjuntura.</p>	
3	<p>Ademais, é imp�ioso postular como a perpetuação de um pensamento retrogrado ajuda a sociedade tradicional. Nesse contexto, durante a colonização do Brasil, houve um processo de imposição da cultura europeia centrada nos colonos nas comunidades colonizadas, evitando uma valorização dos povos tradicionais. Tendo isso em vista, observa-se, na contemporaneidade, a existência desse pensamento, dando que persiste a exaltação de uma cultura plebeia em detrimento dos costumes das comunidades originárias, o que gera, por consequência, o agravamento de diversos hábitos tradicionais, como a mudança da vestimenta utilizada por algumas tribos indígenas, destacando a adaptação à cultura hegemônica. Dessa forma, faz-se essencial a criação de projetos governamentais que combatam esse pensamento antigo.</p>	
4	<p>Evidencia-se, portanto, que atitudes não necessárias, com o objetivo de extinguir os desejos para a valorização das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Pondo isso, o Estado deve, por meio do Ministério da Educação - órgão federal detentor de papel educacional da nação -, realizar parcerias com os meios de comunicação escritos, a exemplo dos canais televisivos, com a finalidade de difundir informações acerca da importância das diferentes populações que residem no país, elevando os brasileiros e eliminando a mentalidade colonial da sociedade. Somente assim, os diferentes povos serão valorizados e a harmonia cantada por Lennon se concretizará no Brasil.</p>	

Foto: Reprodução/Inep



Transcrição

"Na música "Imagine", de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade. Assim como na obra, fora da canção, a harmonia social é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Contudo, no Brasil, desafios como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo, prejudicam a valorização das comunidades e dos povos tradicionais, impedindo a concretização dessa união. Desse modo, torna-se fundamental a atuação do Estado para solucionar esse óbice.

Diante disso, é válido analisar, primeiramente, a improficiência estatal perante o cumprimento dos benefícios normativos. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua efetivação no corpo social. Todavia, percebe-se, na realidade, que esse preceito não é difundido por completo, haja vista que, em virtude da escassa mobilização governamental referente à promoção das campanhas educacionais sobre as distintas comunidades tradicionais que residem no Brasil, diversas pessoas desconhecem a importância desses povos para a nação, a exemplo da utilização do conhecimento indígena para a preservação das florestas nativas, o que contribui para a desvalorização dessa população na atualidade. Logo, conclui-se que as autoridades públicas devem promover ações sensibilizadoras para reverter essa conjuntura.

Ademais, é imperioso postular como a perpetuação de um pensamento retrógrado afeta a sociedade tradicional. Nesse contexto, durante a colonização do Brasil, houve um processo de imposição da cultura eurocêntrica dos colonos nas comunidades colonizadas, ocasionando uma desvalorização dos povos tradicionais. Tendo isso em vista, observa-se, na contemporaneidade, a existência desse fenômeno, dado que persiste a exaltação de uma cultura globalizada em detrimento dos costumes das comunidades originárias, o que gera, por consequência, o apagamento de diversos hábitos tradicionais, como a mudança da vestimenta utilizada por algumas tribos indígenas, destacando a adaptação à cultura hegemônica. Dessa forma, faz-se essencial a criação de projetos governamentais que combatam esse pensamento antigo.

Evidencia-se, portanto, que atitudes são necessárias, com o fito de extinguir os desafios para a valorização das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Posto isso, o Estado deve, por meio do Ministério da Educação - órgão federal detentor do papel educacional da nação-, realizar parcerias com os meios de comunicação existentes, a exemplo dos canais televisivos, com a finalidade de divulgar informações acerca da importância das distintas populações que residem no país, elucidando os brasileiros e eliminando a mentalidade colonial da sociedade. Somente assim, os diferentes povos serão valorizados e a harmonia cantada por Lennon se concretizará no Brasil."



Agradecimentos

Reconhecimento dos autores a pessoas/instituições decisivas para seus resultados:

Antônio Liebgott de Lemes	PB Curso
Carlos Eduardo Simionato de Lemes	Priscila Gomes
Carol Contextualiza	Pré-Vestibular De A a Z Recreio
Centro de Ensino Médio Integrado	Prof. Augusto César
UPF	Prof. Gabriel Victor
Centro Educacional Palácio do Saber	Prof. Marcos Fontes Lopes
Colégio 3º Milênio	Prof. Sammuel Souza
Colégio Contato de Maceió	Prof. Samuel Monteiro
Colégio e Curso AZ	Prof. Sérgio Braguínia
Colégio e Curso Fator	Prof. Vitor Rufino
Colégio IDAAM	Prof. ^a Aline Benevides
Colégio Liceu Franco Brasileiro	Prof. ^a Ana Paula Tarso
Colégio Marista João Paulo II	Prof. ^a Carla
Colégio Pedro II Campus Centro	Prof. ^a Dunnia Hamdan
Colégio Pedro II Realengo	Prof. ^a Eliane Pereira Soares Boorhem
Colégio Único Educacional	Prof. ^a Érika Leal
Colégio Vetor	Prof. ^a Jana Rabelo
Curso Biorossi	Prof. ^a Joana D'arc
Curso Fernanda Pessoa Online	Prof. ^a Liliane
Curso Ibituruna TOP	Prof. ^a Maria Tereza
Curso Pré-Vestibular Fleming	Prof. ^a Marihá Rodrigues
Medicina	Prof. ^a Mary Sathler
Eliana Maria Simionato	Prof. ^a Neivana Lima
Escola de Educação Básica Nossa	Prof. ^a Verônica Pinheiro Rosa
Senhora da Salete	Rafael Lima
Giuliarde	Redatando
IFES Itapina	Ricardo Tavares
Instituto Dom Barreto	Rogério de Lemes
Lucas Felpi	Roseane Carvalhal
Luiz Fernando Simionato	Talita Quintanilha
Marcos Vinícius Simionato Moreira	Zeck Ferreira Gomes
Milla Borges	

